

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	9
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	36
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	90
Proposta de Orçamento de Capital	91

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	92
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	93
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	94
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	95

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	265.709.474
Preferenciais	265.709.474
Total	531.418.948
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	27/01/2012	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,02788
Reunião do Conselho de Administração	27/01/2012	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,02788
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2012	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,02788
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2012	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,02788
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2012	Dividendo		Ordinária		0,02611
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2012	Dividendo		Preferencial		0,03596

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	2.907.525	2.680.861
1.01	Ativo Circulante	396.836	402.010
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	27.168	76.665
1.01.02	Aplicações Financeiras	25.085	16.923
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	25.085	16.923
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	25.085	16.923
1.01.03	Contas a Receber	213.844	213.461
1.01.03.01	Clientes	213.844	213.461
1.01.04	Estoques	41.079	34.431
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.889	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.889	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	76.771	60.530
1.01.08.03	Outros	76.771	60.530
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais	64.529	46.844
1.01.08.03.02	Outros Créditos	12.242	13.686
1.02	Ativo Não Circulante	2.510.689	2.278.851
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	639.621	640.807
1.02.01.03	Contas a Receber	5.142	9.227
1.02.01.03.01	Clientes	5.142	9.227
1.02.01.06	Tributos Diferidos	137.345	120.212
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	137.345	120.212
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	497.134	511.368
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	75.050	109.525
1.02.01.09.04	Aplicações no Caixa Único do Estado	458	176
1.02.01.09.05	Ativos Financeiros - Contratos de Concessão	411.681	393.852
1.02.01.09.06	Outros Créditos	7.192	7.815
1.02.01.09.07	Depósitos em Garantia	2.753	0
1.02.02	Investimentos	911	811
1.02.02.01	Participações Societárias	911	811
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	911	811
1.02.03	Imobilizado	83.180	84.064
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	83.157	84.041
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	23	23
1.02.04	Intangível	1.786.977	1.553.169
1.02.04.01	Intangíveis	1.786.977	1.553.169
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.786.977	1.553.169

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	2.907.525	2.680.861
2.01	Passivo Circulante	480.593	435.237
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	51.093	45.502
2.01.01.01	Obrigações Sociais	8.909	9.206
2.01.01.01.01	INSS	8.507	8.037
2.01.01.01.02	INSS Parcelamento	402	1.169
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	42.184	36.296
2.01.02	Fornecedores	95.549	94.125
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	95.549	94.125
2.01.03	Obrigações Fiscais	22.292	18.723
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	21.374	17.254
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.603	3.152
2.01.03.01.02	IRPJ Retenção	2.368	2.214
2.01.03.01.03	COFINS	9.344	9.620
2.01.03.01.04	PASEP	2.029	2.089
2.01.03.01.05	PIS/COFINS/CSLL s/Prestação Serviços	30	178
2.01.03.01.06	Outros Tributos e Contribuições Federais	0	1
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	122	27
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	796	1.442
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	90.045	85.876
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	90.000	85.876
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	81.417	77.888
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	8.583	7.988
2.01.04.02	Debêntures	45	0
2.01.05	Outras Obrigações	90.935	99.676
2.01.05.02	Outros	90.935	99.676
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	62.912	74.679
2.01.05.02.04	Dívidas com Fundação CORSAN	21.607	19.629
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	6.416	5.368
2.01.06	Provisões	130.679	91.335
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	130.012	90.934
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	83.285	48.849
2.01.06.01.05	Provisões para Férias e Encargos a Pagar	46.727	42.085
2.01.06.02	Outras Provisões	667	401
2.01.06.02.06	Provisão Convênio SENAI/CORSAN	667	401
2.02	Passivo Não Circulante	1.179.076	1.151.397
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	321.618	311.578
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	305.516	311.578
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	253.324	256.825
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	52.192	54.753
2.02.01.02	Debêntures	16.102	0
2.02.02	Outras Obrigações	138.113	145.131
2.02.02.02	Outros	138.113	145.131
2.02.02.02.03	Fornecedores	5.614	13.342
2.02.02.02.04	Dívidas com Fundação CORSAN	129.251	131.399

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
2.02.02.02.05	Contratos de Repasse do OGU	3.248	0
2.02.02.02.06	Impostos e Contribuições - Parcelamento	0	390
2.02.04	Provisões	719.345	694.688
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	708.618	682.620
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	534.756	467.649
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	173.862	214.971
2.02.04.02	Outras Provisões	10.727	12.068
2.02.04.02.04	Provisões para Tributos Diferidos - PASEP e COFINS	10.727	12.068
2.03	Patrimônio Líquido	1.247.856	1.094.227
2.03.01	Capital Social Realizado	657.351	657.351
2.03.02	Reservas de Capital	51.232	32.327
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	34.084	15.179
2.03.02.07	Auxílios para Obras	9.262	9.262
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	7.886	7.886
2.03.04	Reservas de Lucros	450.314	313.288
2.03.04.01	Reserva Legal	49.164	40.041
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	401.040	273.138
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	110	109
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	88.959	91.261

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.732.370	1.558.910
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.125.410	-905.212
3.03	Resultado Bruto	606.960	653.698
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-362.028	-329.823
3.04.01	Despesas com Vendas	-40.420	-56.018
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-317.678	-270.425
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	7.429	2.413
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11.359	-5.793
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	244.932	323.875
3.06	Resultado Financeiro	2.619	4.938
3.06.01	Receitas Financeiras	62.123	74.901
3.06.02	Despesas Financeiras	-59.504	-69.963
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	247.551	328.813
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-65.085	-97.533
3.08.01	Corrente	-82.218	-83.128
3.08.02	Diferido	17.133	-14.405
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	182.466	231.280
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	182.466	231.280
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,34336	0,43521
3.99.01.02	PN	0,34336	0,43521

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	182.466	231.280
4.03	Resultado Abrangente do Período	182.466	231.280

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	305.940	256.589
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	300.435	351.192
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	247.551	328.813
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	62.844	64.804
6.01.01.04	Baixa de Intangível e Imobilizado	65	1.658
6.01.01.06	Provisão para Devedores Duvidosos	-10.984	12.569
6.01.01.07	Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	-12.980	36.811
6.01.01.08	Provisão para Benefício Pós-Emprego	67.107	-24.624
6.01.01.09	Juros e Variações Monetárias	57.350	42.373
6.01.01.10	Ajuste a Valor Presente sobre Ativos Financeiros	-18.166	-25.298
6.01.01.11	Margem na Construção de Obras-Contratos de Concessão	-10.134	-7.022
6.01.01.12	Imposto de Renda e Contribuição Social - Pagos	-82.218	-83.128
6.01.01.13	Provisão para Tributos Diferidos	0	4.236
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	5.505	-94.603
6.01.02.01	Redução (Aumento) de Contas a Receber de Clientes	14.686	-48.017
6.01.02.02	(Aumento) Redução de Estoques	-1.877	3.373
6.01.02.03	Redução (Aumento) de Depósitos Judiciais	16.790	-29.467
6.01.02.04	(Aumento) Redução de Aplicações no Caixa Único do Estado	-282	7.843
6.01.02.05	(Aumento) de Depósitos em Garantia	-2.753	0
6.01.02.06	(Aumento) Redução de Outros Créditos	-10.485	8.888
6.01.02.07	(Redução) de Fornecedores	-7.980	-35.414
6.01.02.08	Aumento de Impostos e Contribuições	10.559	6.855
6.01.02.09	(Redução) de Impostos e Contribuições - Parcelamentos	-1.158	-1.151
6.01.02.10	(Redução) de Dívidas com Fundação CORSAN	-15.979	-25.810
6.01.02.11	Aumento de Férias e Encargos a Pagar	4.874	132
6.01.02.12	(Redução) Aumento de Participação nos Resultados	-1.437	6.672
6.01.02.13	Aumento de Outros Débitos	547	11.493
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-298.733	-156.433
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-12.262	-8.785
6.02.02	Aplicações Financeiras	-8.163	6.213
6.02.03	Custos de Construção - Contratos de Concessão	-229.805	-172.606
6.02.04	Outras Aquisições Intangível	-48.403	18.745
6.02.05	Outros Investimentos	-100	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-56.704	-56.887
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos - Captação	70.767	43.337
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos - Pagamento	-106.262	-112.140
6.03.03	Contratos de Repasse - Governo Federal	0	46.887
6.03.04	Contratos de Repasse - Governo Estadual	3.248	0
6.03.05	Debêntures - Captação	16.147	0
6.03.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	18.905	0
6.03.07	Dividendos/Juros sobre Capital Próprio - Pagamento	-59.509	-34.971
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-49.497	43.269
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	76.665	33.396
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	27.168	76.665

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	657.351	32.327	313.288	0	91.261	1.094.227
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	657.351	32.327	313.288	0	91.261	1.094.227
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-47.742	0	-47.742
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-47.742	0	-47.742
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	182.466	0	182.466
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	182.466	0	182.466
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	18.905	137.026	-134.724	-2.302	18.905
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	137.026	-137.026	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	2.302	-2.302	0
5.06.04	Adiantamento Futuro Aumento de Capital	0	18.905	0	0	0	18.905
5.07	Saldos Finais	657.351	51.232	450.314	0	88.959	1.247.856

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	503.842	17.148	153.399	0	75.249	749.638
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	503.842	17.148	153.399	0	75.249	749.638
5.04	Transações de Capital com os Sócios	153.509	0	0	-55.379	0	98.130
5.04.01	Aumentos de Capital	153.509	0	0	0	0	153.509
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-16.493	0	-16.493
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-38.886	0	-38.886
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	231.280	0	231.280
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	231.280	0	231.280
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	15.179	159.889	-175.901	16.012	15.179
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	159.889	-159.889	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-16.012	16.012	0
5.06.04	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	15.179	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	657.351	32.327	313.288	0	91.261	1.094.227

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	1.900.298	1.689.883
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.649.440	1.522.934
7.01.02	Outras Receitas	-65	-110
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	239.939	179.628
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	10.984	-12.569
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-674.577	-575.690
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-587.812	-478.784
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-115.387	-98.140
7.02.04	Outros	28.622	1.234
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.225.721	1.114.193
7.04	Retenções	-62.844	-64.804
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-62.844	-64.804
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.162.877	1.049.389
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	69.552	77.319
7.06.02	Receitas Financeiras	62.123	74.901
7.06.03	Outros	7.429	2.418
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.232.429	1.126.708
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.232.429	1.126.708
7.08.01	Pessoal	662.823	490.356
7.08.01.01	Remuneração Direta	300.668	285.675
7.08.01.02	Benefícios	187.830	70.817
7.08.01.03	F.G.T.S.	21.259	20.548
7.08.01.04	Outros	153.066	113.316
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	306.020	315.944
7.08.02.01	Federais	294.842	310.479
7.08.02.02	Estaduais	7.394	4.374
7.08.02.03	Municipais	3.784	1.091
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	81.120	89.128
7.08.03.01	Juros	59.504	69.963
7.08.03.02	Aluguéis	21.616	19.165
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	182.466	231.280
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	47.742	38.886
7.08.04.02	Dividendos	0	16.493
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	134.724	175.901

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AOS ACIONISTAS

Atendendo às disposições da legislação societária, normas aplicáveis e estatutárias, submete-se este Relatório da Administração, que demonstra as atividades desenvolvidas pela Companhia no exercício social de 2012, acompanhado dos Pareceres dos Auditores Externos, Conselho Fiscal e da Manifestação do Conselho de Administração para a apreciação dos Senhores Acionistas.

1. PERFIL DA EMPRESA

A Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN foi criada em 21 de dezembro de 1965 e instalada oficialmente em 28 de março de 1966 com o objetivo básico de fornecer melhor qualidade de vida e saúde à população com a preservação dos recursos hídricos.

Passados 46 anos, a Companhia se mantém fiel ao objetivo traçado, como braço estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, ao lado da Secretaria de Habitação e Saneamento - SEHABS, executando políticas públicas de saneamento básico.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul através da SEHABS e da CORSAN vêm cada vez mais, fortalecendo as implantações técnicas de planejamento e gestão corporativa, proporcionando uma série de melhorias e expandindo os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

2. ESTRATÉGIAS DA GESTÃO EM SANEAMENTO

Algumas medidas estão sendo tomadas para garantir que a CORSAN concretize altos índices de desempenho no saneamento. Entre as medidas concretizadas em 2012 estão:

2.1 Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI

Em agosto de 2012, seis empresas/consórcios entregaram estudos técnicos atendendo o chamamento público realizado pela CORSAN para que o mercado apontasse alternativas visando a ampliação da capacidade de investimentos da Companhia, no segmento do serviço de esgotamento sanitário, assim como, de prospecção de novos mercados na área de saneamento básico. Sete estudos técnicos estão voltados à modelagem de negócio de parceria público-privada em esgotamento sanitário e um estudo dedicou-se à modelagem de tratamento de resíduos sólidos, como um novo segmento de atuação da Companhia. Os mesmos encontram-se sob análise técnica da CORSAN com uma previsão de definição para junho de 2013.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.2 Programa de Aprimoramento Institucional

A questão do saneamento é uma das pautas de maior evidência no Brasil. Hoje vivemos um novo momento no setor, onde as companhias passaram a enfrentar cobrança mais efetiva do poder concedente e a concorrência do setor privado nesta fatia de mercado. Com o objetivo de preparar a CORSAN para este momento, o Governo do Estado priorizou o fortalecimento da Companhia.

A gestão está realizando uma série de mudanças administrativas, descentralizando os serviços, agilizando os processos e ampliando os canais de comunicação com o usuário com o objetivo de concretizar altos índices de desempenho no saneamento, prestar um serviço público, eficiente e ao alcance de todos. Para nortear este conjunto de melhorias e reposicionar a CORSAN no mercado, além de garantir uma estrutura organizacional eficiente e atualizada quanto aos melhores instrumentos de gestão, a Companhia iniciou em 2012, o Programa de Aprimoramento Institucional, que será realizado ao longo de 2013 pela empresa Deloitte, com a coordenação de um grupo de trabalho de empregados da CORSAN.

O Programa terá por objetivo o fortalecimento institucional do planejamento estratégico e a gestão dos programas nos diversos níveis hierárquicos da Companhia, ensejando a capacidade gerencial, promovendo a gestão através de critérios técnicos, financeiros, econômicos, ambientais e legais, além de consolidar práticas de trabalho que tornem a empresa ágil e eficaz em processos e resultados.

Como finalidade, o Programa deverá visar ao aprimoramento institucional na área de:

- I. Planejamento Estratégico;
- II. Gestão de Custos;
- III. Sustentabilidade Econômico-Financeira e
- IV. Estrutura Organizacional.

3. ANÁLISE CONJUNTURAL

3.1 Contexto Legal

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, atribuiu, através do Inciso IV do artigo 200, ao Sistema Único de Saúde a competência para participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico. Através dessas políticas é possível garantir o acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde dos brasileiros, posto que seja direito de todos e dever do Estado conforme previsto no artigo 196 da Carta Magna.

As condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento do sistema, estão previstas na Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, mais especificamente em seu artigo 15, onde consta que a União, os Estados e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as atribuições de participar de formulação da política e de execução das ações de saneamento básico, colaborar na proteção e recuperação do meio ambiente, bem como propor a celebração de convênios, acordos e protocolos internacionais relativos à saúde, saneamento e meio ambiente.

3.2 Ambiente Regulatório

A Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, sendo assim, é ela que norteia os serviços públicos prestados pela Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN através do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e da Secretaria de Habitação e Saneamento - SEHABS.

A regulação dos novos contratos assinados entre a CORSAN e os municípios gaúchos referentes à prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário é de competência da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS - AGERGS, através de convênio firmado diretamente com os municípios.

Ao município é dada a atribuição de fiscalização e à AGERGS cabe a homologação de tarifas, a definição de padrões de qualidade dos serviços e a mediação de conflitos. Através dos contratos de programa é assegurada a qualidade dos serviços e as garantias para o aporte de recursos financeiros para novos investimentos.

3.3 Análise de Mercado

O artigo 175 da Constituição Federal estabelece que é atribuição do Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

A Companhia está inserida num ambiente de mercado que é operado através de regime de concessão pública, que entre outros atributos, analisa a capacidade de operação e a qualidade da prestação dos serviços às comunidades.

O Poder Concedente, que são os municípios, juntamente com as Agências Reguladoras, em conformidade com o artigo 241 da Constituição, estipulam o caráter especial do contrato e da prorrogação, as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão, os direitos dos usuários, política tarifária e a obrigação de manter serviços adequados.

A prestação dos serviços de saneamento básico, no Brasil, está concentrada principalmente em operadores públicos. No Rio Grande do Sul, a CORSAN mantém contratos de delegação de prestação de serviços com 349 localidades na área de jurisdição de 320 municípios, onde atua nos serviços de abastecimento de água. Em relação ao serviço de esgotamento sanitário, em 2012 a Companhia possui a concessão em 250 municípios.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A política econômica de subsídio cruzado é que viabiliza o equilíbrio e a manutenção do mercado. Este equilíbrio é necessário para o atendimento universalizado às diferentes comunidades, principalmente àquelas menos desenvolvidas economicamente.

3.4 Concorrência

Na área de saneamento do Rio Grande do Sul, os organismos (autarquias e companhias) municipais são responsáveis pela prestação dos serviços nos municípios como, Bagé (Departamento de Água e Esgotos de Bagé – DAEB), Caxias do Sul (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE), Novo Hamburgo (Serviços de Água e Esgoto de Novo Hamburgo – COMUSA), Pelotas (Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas – SANEP), Porto Alegre (Departamento Municipal de Água e Esgotos – DMAE), Santana do Livramento (Departamento de Água e Esgotos - DAE), São Leopoldo (Serviço Municipal de Água e Esgotos – SEMAE) e Uruguaiana (Concessão a empresa Foz do Brasil).

As prefeituras e outros operadores independentes atuam em sistemas de abastecimento de água de 177 municípios, sendo esses serviços prestados por associações, cooperativas e outras iniciativas, criadas a partir de programas de saneamento rural.

Neste sentido, algumas prefeituras têm promovido processos licitatórios nos quais está sendo permitido que outras companhias e empresas privadas participem. Ainda, algumas companhias de outras unidades da Federação, estão fazendo alteração em seus Estatutos, para que possam participar de licitações em outros Estados da Federação. Sendo assim, nestes municípios há um aumento da concorrência.

Houve, nesse ano, a saída do município de São Gabriel, que optou pela licitação da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, como também do sistema de Ivoti, cuja operação está a cargo do município. E também neste ano, ocorreu a assunção dos serviços da localidade de Atlântida Sul.

Apesar, desta mudança que vem gradativamente ocorrendo, a CORSAN, pela logística dos serviços implementados no Estado, é a operadora que apresenta maior relevância no contexto estadual, abrangendo a maioria dos sistemas e possuindo relevante capacidade de geração de economia em escala, com variáveis níveis de complexidade de operação pelos diferentes aspectos geográficos das regiões.

Diferentemente das demais companhias estaduais de saneamento do Brasil, não mantém contrato de concessão com a Capital do Estado, fato que impõe padrão de operação e comercialização singular pela inexistência dessa economia metropolitana.

Com a melhor proposta, a CORSAN foi a empresa ganhadora do processo licitatório para a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Santa Cruz do Sul. Pela primeira vez em sua história, a Companhia venceu uma licitação em que participaram empresas privadas. Com a decisão a CORSAN reverte uma expectativa de perda de concessões. Dos municípios que

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

inicialmente demonstraram interesse em privatizar os serviços, apenas Uruguaiana e São Gabriel levaram a decisão a cabo. As demais renovaram seus contratos. A vitória de uma empresa pública neste tipo de licitação é um fato inédito no Brasil.

3.5 Focos da Gestão

A CORSAN continuou utilizando a metodologia do Balanced Scorecard – BSC para o desdobramento das estratégias da Companhia às Diretorias e Superintendências. A partir dos objetivos do Mapa Estratégico, foram definidas as ações e projetos que foram executados em 2012.

3.5.1 Planejamento Estratégico 2008-2012

Visando definir os projetos de investimentos e dando continuidade ao processo de melhoria da gestão da organização para os próximos anos, a CORSAN deu continuidade ao alinhamento das ações ao Planejamento Estratégico - PE por meio do planejamento e orçamento.

As Diretrizes Estratégicas orientadoras do planejamento são relacionadas a seguir:

- Visão – Ser referência na qualidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Rio Grande do Sul e no Brasil.
- Missão – Promover o saneamento ambiental com preço justo e excelência nos serviços cumprindo o papel social da Companhia.
- Foco Estratégico – Adequação dos processos da CORSAN à nova lei do saneamento/contrato de programa, maximizando a capacidade de investimento, a redução de perdas, a priorização do esgotamento sanitário e a qualidade dos serviços prestados.

Os objetivos estratégicos estabelecidos por perspectiva:

- Perspectiva Financeira: aprimorar os conceitos de Governança Corporativa, garantir a sustentabilidade financeira e ampliar a capacidade de investimentos.
- Perspectiva Clientes: ser reconhecida como empresa pública estadual de excelência com responsabilidade socioambiental, comunicar-se eficientemente com as partes interessadas, conquistar e fidelizar clientes através da prestação de serviços e do fornecimento de produtos com qualidade e ampliar a cobertura do abastecimento de água e do esgotamento sanitário.
- Perspectiva Processos Internos: contribuir para a preservação do meio ambiente e dos recursos hídricos, otimizar os processos visando o aumento da arrecadação e a redução de custos operacionais e adequar o modelo de gestão empresarial ao novo contexto do saneamento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Perspectiva Aprendizado Organizacional: fomentar a implantação de sistemas de gestão baseados nos modelos PNQ/PGQP, e ISO, perseguindo a excelência nos processos e buscar o permanente desenvolvimento organizacional, tecnológico e de recursos humanos fortalecendo a cultura do trabalho orientado a resultados.

Por conta destas Diretrizes o planejamento estratégico é desdobrado em programas, adotando-se a mesma sistemática utilizado para o levantamento de demandas, quando da elaboração do orçamento anual de investimento e da formulação do PPA – Plano Plurianual do Governo do Estado.

Para um alinhamento eficaz, foi importante o entendimento das estratégias e metas, a utilização de indicadores e informações complementares possibilitando o planejamento, controle e monitoramento, análise e melhoria nos principais processos da organização demandando participação pró-ativa das diversas áreas.

Neste cenário temos como ações estruturadoras o atendimento aos Contratos de Programa, as obras de esgotamento sanitário e de abastecimento de água, melhoria do desempenho operacional, comercial e empresarial.

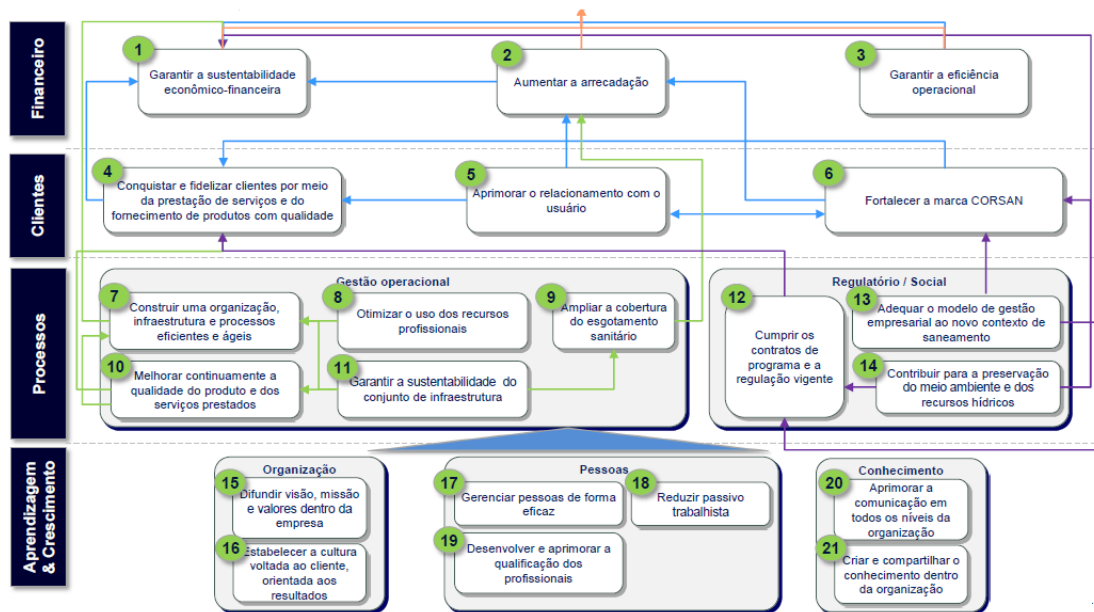
3.5.2 Planejamento Estratégico a partir de 2013

Como um dos objetivos do Programa de Aprimoramento Institucional referido no item 2.2, a CORSAN realizou em dezembro de 2012 a revisão do Planejamento Estratégico com a definição de novos Valores, Missão e Visão de curto e longo prazo:

- Missão – Promover o saneamento de forma sustentável, com qualidade dos produtos e eficiência dos serviços, cumprindo o papel social da Companhia;
- Visão 2015 – Em 2015, atingir a meta de 30% no atendimento dos serviços de esgotamento sanitário, manter os 98% dos níveis de cobertura do abastecimento de água na área de atuação e buscar inserção em novos negócios, de forma sustentável;
- Visão 2025 – Em 2025, ser reconhecida como a empresa que universalizou os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas áreas de concessão, pela alta qualidade no atendimento dos produtos e serviços oferecidos, bem como pela consolidação de novos negócios;
- Valores - eficiência, sustentabilidade com responsabilidade econômica, social e ambiental, credibilidade, compromisso com a sociedade, comprometimento, transparência.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ainda, como resultado da revisão do Planejamento Estratégico foi definido o novo Mapa Estratégico, conforme a seguir:



4. SINOPSE DO DESEMPENHO

No ano de 2011, de acordo com a Revista Exame (Edição Especial – Melhores e Maiores – pg. 306 - julho 2012) a CORSAN está entre as 500 maiores companhias do país em vendas nacional, na classificação 300. No ano de 2010 a Companhia havia ficado na posição 272.

Analisando as 100 maiores empresas da região sul do país, a Companhia em 2011 ficou com 41ª posição e em 2010 estava na 32ª posição, conforme Revista Exame (Edição Especial – Melhores e Maiores – pg. 578 - julho 2012)

A CORSAN ocupa a 30ª posição na classificação das 50 maiores estatais por vendas de acordo com a Revista Exame (Edição Especial – Melhores e Maiores – pg. 348 – julho 2012).

Considerando vários setores de empresas do Rio Grande do Sul, o indicador de rentabilidade está em 21,7%, colocando a Companhia em 2º lugar a nível estadual.

O indicador riqueza/empregado está em 107.769 ficando em 9º lugar no ranking de serviços de empresas nacionais e em 7º tratando-se de empresas de vários setores do Rio Grande do Sul, de acordo com a Revista Exame (Edição Especial – Melhores e Maiores – pg. 536 e 568 - Julho 2012).

A CORSAN presta serviços com excelência no abastecimento de água às comunidades gaúchas, tendo como suporte novos padrões de Gestão voltados ao cliente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Neste exercício os serviços de abastecimento de água, prestados pela CORSAN, foram estendidos a 69.479 novas economias beneficiando aproximadamente 185 mil pessoas. O esgotamento sanitário teve um incremento de 10.348 novas economias, beneficiando aproximadamente 27 mil pessoas.

Variáveis Físicas e Financeiras	Unidade	2012	2011	%
Total Economia Água	ECO	2.421.736	2.371.484	2,12
Total Economia Esgoto	ECO	273.481	265.358	3,06
Empregados em Atividade	Pessoas	5.138	5.277	-2,63
Volume Disponibilizado	1.000 m ³	502.258	501.129	0,23
Receita Operacional Líquida	R\$ milhares	1.732.370	1.558.910	11,13
Custos dos Serviços	R\$ milhares	1.125.410	905.212	24,33

Obs.: As variações de 2011 para 2012 têm origem principalmente na desvinculação dos sistemas do município de São Gabriel e Ivoti e seus distritos e a assunção de Atlântida Sul, referidos no item 3.4.

5. MELHORIA DA GESTÃO

Desde 2004, diversas Unidades da CORSAN, participantes do Programa de Melhoria da Gestão, têm se submetido a avaliações externas da sua gestão. Essas avaliações, alinhadas aos fundamentos da Fundação Nacional da Qualidade e do GESPÚBLICA, originaram muitos reconhecimentos às Unidades.

Esses reconhecimentos são o resultado do esforço da equipe de funcionários das Unidades e da CORSAN como um todo. Funcionários focados na melhoria dos serviços, na prestação de um atendimento de qualidade e na melhoria dos resultados. À altura do povo gaúcho.

6. PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS

Em prosseguimento ao desenvolvimento da gestão CORSAN, em 2012, a Companhia participou com quatro cases na edição 2012 do IGS – Inovação em Gestão do Saneamento -, selecionados para apresentação no Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS). Cerca de mil profissionais ligados às organizações de saneamento do país participaram do seminário, que ocorreu no final de novembro, em Vitória (ES). Os cases da CORSAN foram: Mobilidade na Gestão do Relacionamento, que foi um dos 10 finalistas do IGS 2012; CORSAN nos Bairros; Programa Sitel Boas Ideias e Monitoramento e Avaliação Estratégica. O IGS é uma categoria de avaliação que visa captar boas e inovadoras práticas de gestão de organizações do setor de saneamento do Brasil para apresentá-las no PNQS.

Repetindo o que já vem acontecendo ao longo dos anos, em 2012 a CORSAN recebeu novamente a certificação de Responsabilidade Social concedida pela Assembleia Legislativa do RS pela apresentação dos resultados relativos ao ano de 2011. Promovido pelo Parlamento Gaúcho o Prêmio Responsabilidade Social foi instituído pela Lei Estadual nº 11.440/2000. Este prêmio tem como objetivo incentivar

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

a realização de projetos voltados para o bem-estar social e para a preservação do meio ambiente, na busca de uma sociedade melhor.

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia Riograndense de Saneamento no conjunto de suas práticas de gestão tem por finalidade otimizar o desempenho e proteger partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, empenha-se na transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

7.1 Transparência – Assembléias, Estrutura Acionária e Grupo de Controle

7.1.1 Assembléias

As assembléias gerais são realizadas em data e hora que não dificultem o acesso aos acionistas. O edital de convocação de assembléias gerais contém descrição precisa da pauta a ser abordada incluindo temas relevantes e oportunos, exigidos pelos acionistas para convocação de assembléia geral. Quando os assuntos objeto da pauta são complexos, a Companhia convoca a assembléia com antecedência mínima de 30 dias.

7.1.2 Estrutura Acionária e Grupo de Controle

A seguir demonstra-se a estrutura acionária que compõe o capital social da Companhia. Verifica-se como grupo de controle, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

CAPITAL SOCIAL a partir de 28/12/2011

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
Estado do Rio Grande do Sul	265.709.454	265.709.454	531.418.908	99,99999247298	99,99999247298	99,99999247298
Caixa de Administração da Dívida Pública S.A - CADIP	-	-	-	-	-	-
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000188175	0,00000188175	0,00000188175
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000112905	0,00000112905	0,00000112905
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Total	265.709.474	265.709.474	531.418.948	100,00000000000	100,00000000000	100,00000000000

7.2 Controles Internos

A empresa pauta pelas melhores práticas de controles internos incluindo o gerenciamento integrado dos atos de gestão e dos fatos administrativos e contábeis. Há análise e a revisão contínua, bem como, o mapeamento das possíveis fragilidades da estrutura e quando da detecção de insuficiências, estas são notificadas à Assessoria de Gestão de Risco da Empresa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Alguns Órgãos da Companhia vem revisando seus processos, mapeando-os e os submetendo aos Organismos Certificadores. Neste sentido, foram mantidas as certificações ISO para os processos corporativos já certificados.

7.3 Estrutura da Governança

A estrutura da Gestão da Companhia, Conforme preceitos da Governança Corporativa, tem a seguinte composição:

7.3.1 Conselho de Administração

Órgão de deliberação colegiada e com autonomia dentro de suas prerrogativas e responsabilidades, estabelecidas por lei e pelo Estatuto Social, atua de forma a proteger o patrimônio da Companhia, perseguir a consecução do objeto social e orientar os atos de gestão da diretoria executiva. O Conselho tem cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos para o mandato de dois anos pela Assembléia Geral de Acionistas, permitida a reeleição. Quatro são eleitos pelo acionista controlador e um pelo acionista minoritário.

7.3.2 Diretoria Executiva

Exerce a gestão dos negócios, em sintonia com a visão, missão, foco e mapas estratégicos, valores e princípios fixados pelos integrantes da Gestão. É composta pelo diretor presidente e mais seis diretores eleitos pelo Conselho, para mandatos de dois anos, permitida reeleição. O presidente é membro do Conselho de Administração, sem, no entanto, presidir o órgão.

7.3.3 Conselho Fiscal

Cabe ao Conselho Fiscal representar os acionistas em sua função fiscalizadora, acompanhando os atos dos administradores e verificando o cumprimento de seus deveres legais e estatutários, bem como, defender os interesses da CORSAN e dos Acionistas. Como prevê a Lei das Sociedades Anônimas, o Conselho Fiscal da Companhia atua de modo permanente e independente da Administração. É composto por no mínimo três e no máximo cinco membros efetivos e de igual número de suplentes. São eleitos pela Assembléia Geral Ordinária, com mandatos de um ano, facultada a reeleição.

7.3.4 Auditoria Externa

No que tange a prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, a política da Companhia junto aos auditores independentes, se pauta nos princípios que preservam a independência do auditor. Segundo as práticas da governança, a restrição à prestação de outros serviços visa evitar a perda dessa independência.

7.3.5 Acesso a Informações

A Companhia disponibiliza informações ao mercado, acionistas e a pedido dos membros do Conselho Fiscal, sem limitações relativas a exercícios anteriores, desde

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

que tais informações tenham relação com questões atuais em análise, ou refiram-se a partes relacionadas, observando-se que não viole o sigilo imposto por lei.

7.3.6 Informações Contábeis

A Companhia adota os princípios de contabilidade em vigor no Brasil, convergindo para as Normas Internacionais de Contabilidade pela Comissão de Valores Mobiliários, as quais aprovam os Pronunciamentos emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e submetidos à avaliação dos auditores independentes.

7.3.7 Proteção a Acionistas Minoritários

No sentido de se resguardar os direitos dos acionistas minoritários, proprietários de ações preferenciais e ordinárias, a gestão, através do Estatuto Social, assegura assento e representatividade por membros nos Conselhos Fiscais e de Administração. A Companhia zela pela distribuição legal do pagamento dos juros sobre o capital próprio e dividendos proporcionando tratamento igualitário a todos os Acionistas.

8. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

As ações que pautaram a Gestão Corporativa, no exercício de 2012, podem ser resumidas nos programas desenvolvidos.

A intervenção técnica social e ambiental no âmbito das contratações do plano de Aceleração do Crescimento (PAC) ocorre em consonância com os documentos normativos: PEAMSS e seu caderno metodológico, PRONEA e o COTS atualizado. Para cada tipo de financiamento há uma instrução normativa respectiva. Na busca do alcance dos objetivos traçados no Projeto, a estrutura das macroações é desenvolvida após a adaptação à realidade local e às diretrizes do programa/modalidade em desenvolvimento.

As diretrizes orientadoras para o desenvolvimento do Projeto Técnico são:

- Articulação com instituições públicas e privadas, que tenham interface com as ações propostas;
- Gestão compartilhada com os municípios que tem Contrato de Programa com a CORSAN;
- Reflexão sobre os processos de trabalho no sentido de envolvimento para uma CORSAN sustentada do ponto de vista ambiental;
- Considerar os Comitês de Bacias como os espaços de Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil;
- Sensibilização das pessoas para que se mostrem criativas e pré-dispostas a acreditar que há outras formas de viver. Se reconhecer como mais um elemento pertencente ao meio ambiente;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Fortalecer a posição de que devemos utilizar os bens fundamentais de forma responsável;
- Incentivo e valorização do desenvolvimento e da utilização de tecnologias sustentáveis em saneamento básico;
- Respeito ao regionalismo e às culturas locais;
- Incentivo à participação comunitária;
- Mobilização social e educomunicação;
- Controle social.

Em 2012, as ações tiveram continuidade nos projetos contratados de 2009 à 2012, além de novos projetos que estão em fase de elaboração e análise para novos processos licitatórios contemplados com recursos provenientes do PAC, e de ações pontuais com recursos próprios.

O Trabalho Socioambiental é parte integrante do valor do investimento em projetos com recursos de financiamento, é estabelecido contratualmente o percentual mínimo entre 1,0% e 3,0% dos recursos destinados, e é definido de acordo com o porte do investimento, considerando o impacto ambiental e social que o empreendimento provocará na região de abrangência do projeto. A ação deve fazer parte do plano de trabalho, do Quadro de Composição do Investimento – QCI e do cronograma físico financeiro do Termo de Compromisso ou do Contrato.

Atualmente o Programa Socioambiental, através de recursos de financiamento do PAC, atua nos municípios de: Alegrete, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Canela, Gramado, Glorinha, Ijuí, Passo Fundo e Santa Rosa.

O trabalho desenvolvido em conjunto com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS, a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul – AGERGS e o Ministério Público Estadual, vem de forma exitosa renovando os contratos de prestação de serviços com os municípios gaúchos, denominados Contratos de Programa, implementando, com o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, à gestão associada dos serviços de saneamento básico. Esta nova denominação jurídica, Contrato de Programa, vem atender às exigências legais e garantir a consolidação da relação entre o Município e a Companhia, além de padronizar procedimentos, incorporar indicadores de desempenho e incluir a designação de entidade de regulação e fiscalização, conforme exige a Lei do Saneamento aprovada em janeiro de 2007. Até dezembro de 2012, foram assinados 245 contratos envolvendo a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Outro importante resultado dessa parceria foi a revisão do Regulamento de Serviços de Água e Esgoto – RSAE, documento que disciplina a prestação de serviços, pela CORSAN aos usuários, nos municípios onde a AGERGS exerce atividade regulatória.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A CORSAN atua, também, em ações de caráter social impulsionadas pelo Governo do Estado nas instâncias do Processo de Consulta Popular, envolvendo a destinação dos recursos do orçamento público. Como parte da política de responsabilidade social corporativa, a Companhia apoiou campanhas e eventos de interesse público e incentivou a participação de seu quadro funcional em programas e projetos voltados às demandas comunitárias.

9. FINANCIAMENTOS CORPORATIVOS E INVESTIMENTOS REALIZADOS

Pontua-se a seguir, as fontes e usos, que caracterizaram as principais ações da gestão, com o objetivo de cumprir as políticas estabelecidas pelo Acionista Majoritário, de forma solidária com as políticas do Governo Federal.

9.1 Financiamentos Corporativos

No exercício de 2012 o Governo do Estado, através da CORSAN, deu continuidade às obras e projetos financiados iniciados nos exercícios anteriores. O PAC1 cujo início se deu no ano de 2007 encontra-se em andamento com valores totais na ordem de R\$ 808 milhões sendo R\$ 721 milhões de repasse e R\$ 87 milhões de contrapartida (valores originais dos contratos).

Referente ao PAC2 Grupo 1 deu-se no ano de 2012 a contratação de R\$ 137,8 milhões para investimentos em obras para Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário com recursos do BNDES, sendo R\$ 130,3 milhões em recursos financiados e R\$ 7,5 milhões em contrapartida.

Já através do PAC2 Grupo 2, foram contratados R\$ 25,6 milhões em Estudos e Projetos para Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário através da CEF, sendo R\$ 24,3 milhões em recursos financiados e R\$ 1,3 milhões em contrapartida.

Em relação ao PAC2 Grupo 3 tivemos contratados R\$ 236,0 milhões para obras em Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário com recursos do BNDES, sendo R\$ 220,1 milhões em recursos financiados e R\$ 15,9 milhões em contrapartida. No Grupo 3, contratados R\$ 72,9 milhões com recursos da FUNASA (OGU) sem necessidade de aporte de contrapartida.

Ainda no ano de 2012 foi dado início a novo processo seletivo, denominado 3ª Seleção do PAC, sendo que a definição do montante dos recursos captados bem como a sua contratação estão previstos para o ano de 2013.

9.2 Investimentos Realizados

No quadro a seguir é apresentado o demonstrativo financeiro de investimentos realizados em 2012, visualizado pelos cinco programas referidos no item 3.5.1.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Programa	Origem do Recurso		Totais
	Próprio	Terceiros	
Abastecimento de Água	42.760.735,13	30.733.182,42	73.493.917,55
Esgotamento Sanitário	51.848.624,54	67.179.602,30	119.028.226,84
Desenvolvimento Comercial	2.901.661,47		2.901.661,47
Desenvolvimento Empresarial	10.673.484,48		10.673.484,48
Desenvolvimento Operacional	9.929.777,82	6.347.125,74	16.276.903,56
Totais	118.114.283,44	104.259.910,46	222.374.193,90

9.3 Regularização de Imóveis

A CORSAN iniciou durante o ano, 141 processos que visam a regularização de imóveis, sendo que destes, 96 processos foram finalizados.

10. POLÍTICAS OPERACIONAIS

Em busca de maior eficiência na operação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e industrial foram desenvolvidas durante o ano de 2012 as seguintes ações:

10.1 Melhorias no Tratamento dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário

A CORSAN emite mensalmente e semestralmente relatórios sobre a qualidade da água tratada e disponibiliza para todos os municípios onde atua, de acordo com a orientação do Ministério da Saúde, por meio do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – SISÁGUA.

A água distribuída teve o monitoramento permanente, em atendimento à Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde e gerou em torno de 1.000 relatórios mensais para o Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – SISÁGUA. Estes relatórios foram enviados para 314 Prefeituras Municipais atendidas pela CORSAN. O controle analítico, tanto da água tratada como da água bruta (matéria prima do processo produtivo) para atendimento do CONAMAs 357/05 e 396/08, é supervisionado pelo Laboratório Central da CORSAN que é acreditado pelo INMETRO e reconhecido pela Rede Metrológica do Rio Grande do Sul, segundo os critérios da norma de competência técnica NBR ISO/IEC 17.025 e dispõe de equipamentos modernos e funcionários qualificados para realização dos ensaios solicitados pela legislação de potabilidade do Ministério da Saúde e CONAMA.

Em 2010 a CORSAN incorporou a empresa CIEL e o seu processo fabril instalado, o que possibilitou uma grande economia no tratamento de água visto que o produto

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

utilizado na CORSAN para o tratamento da água é o sulfato de alumínio e existe “expertise” nesta produção. Em 2012 foram produzidas 26.809 toneladas de Sulfato de Alumínio Férrico Líquido e 1.513 toneladas de Sulfato de Alumínio Baixo Teor em Ferro líquido, para atendimento das Estações de Tratamento de Água - ETAs.

A partir de 2012 o Laboratório Central de Esgotos foi transformado em Departamento de Ensaio e Controle de Efluentes Líquidos e Resíduos – DESCER, que está sendo equipado e preparado para atendimento analítico e de controle de qualidade, não somente das legislações específicas (CONSEMAS 128/06 e 129/06, CONAMAs 375, 430/11), mas também das Licenças de Operação das Estações de Tratamento de Esgotos - ETEs. O esgotamento sanitário é demanda crescente na Companhia. Também, neste ano, foram instituídos 4 Laboratórios Regionais de Esgoto, localizados em Rio Grande, Capão da Canoa, Santa Maria e Gramado, estando em fase de implantação outros dois em Passo Fundo e Alegrete. Estes laboratórios Regionais dão o apoio descentralizado no atendimento às legislações.

10.2 Desenvolvimento Operacional

Em 2012, houve a implementação das seguintes melhorias na área operacional:

- Implantação através do Sistema de Controle Operacional – SCO, das funcionalidades denominadas: Registro dos níveis dos mananciais superficiais e Plano de contingência dos sistemas de abastecimento de água;
- Conclusão do estudo de alternativas para combate do mexilhão dourado nas captações de água bruta da Companhia;
- Elaboração do documento técnico que subsidiará o programa de controle e redução de perdas de água da CORSAN;
- Foram elaborados e aprovados diversos documentos técnicos para a área operacional, tais como: Manual de Controle e Redução de Perdas de Água, Manual de Operação e Manutenção de Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotos Sanitários, Manual de Elaboração de Diagnóstico Operacional, Procedimento de Esvaziamento e Enchimento de Adutoras e Redes de Distribuição de Água, Procedimento de Manutenção Corretiva em Equipamentos em BT, Procedimento de Substituição e Reforço de Redes de Distribuição de Água; Procedimento de Instalação de Macromedidor Eletromagnético, Procedimento de Instalação de Macromedidor Ultrassônico, Procedimento de Instalação de Ventosas, Procedimento de Instalação de Válvulas Redutoras de Pressão e Procedimento de Manutenção de Redes de Distribuição de Água e Adutoras;
- Realizados treinamentos em práticas operacionais e eletromecânicas para 327 funcionários da Companhia;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Adquiridos 13 caminhões com equipamento valetadeira acoplada, para utilização em serviços de manutenção de redes de água e esgotos, financiados com recursos do BNDES;
- Adquiridos 05 caminhões jato/sucção para serviços de limpeza e desobstrução de redes de esgotos;

10.3 Desenvolvimento de Tecnologia de Informação e Comunicação

Seguindo as premissas de qualidade em gestão de processos de governança de TIC somado a necessidade de controle efetivo do fluxo de informações e dados em sistemas das mais diversas áreas da Companhia, em 2012 foram adquiridos novos equipamentos, desenvolvidas novas funcionalidades em sistemas existentes, contratados serviços de manutenção além de reforço em linhas paralelas de atuação como Segurança da Informação, Telecomunicações, Infraestrutura e TIC em geral.

10.4 Desenvolvimento de Tecnologia e Gestão Operacional

Em complemento as atividades fundamentadas nos projetos estratégicos da Companhia e na melhoria da gestão operacional, inúmeras ações foram desenvolvidas. Das quais pode-se destacar aquelas de maior impacto na gestão operacional.

Em 2012, houve a continuidade das ações de georreferenciamento do cadastro técnico das redes de água e esgoto dos diversos municípios atendidos e a conclusão dos trabalhos de atualização, digitalização e georreferenciamento do cadastro técnico operacional das redes de água dos municípios de Esteio e Sapucaia do Sul, bem como do início da execução de trabalho semelhante no município de Bento Gonçalves, o qual totaliza o acréscimo de mais 137 km² de área mapeada. Foram ainda elaborados diversos projetos e termos de referência, voltados a ampliar estas atividades para diversas outras localidades.

No que se refere à gestão do acervo técnico da Companhia, houve sequencia ao processo de digitalização do acervo da mapoteca, já totalizando cerca de 20.000 documentos digitalizados, bem como o registro de 36.459 itens na base de dados do sistema de “Gerenciamento Eletrônico de Documentos” o que representa a cerca de 40% do total do acervo existente.

Através do Programa Mais CORSAN, organizou-se palestras técnicas, com o intuito de atualizar cientificamente os colaboradores da Companhia, além de prestar auxílio à SEDUC na organização e realização da 7ª FECITEP - Feira Estadual de Ciência e Tecnologia da Educação Profissional.

Relativamente ao desenvolvimento de tecnologia para solução de resíduos, realizaram-se novas aquisições para o sistema complementar de desidratação para o lodo da Estação de Tratamento de Água (ETA) de Rio Grande. Conclui-se a fase experimental dos testes de desidratação de lodo de ETA com sistema mecanizado de desidratação na ETA de Farroupilha e iniciou-se processo licitatório de sistema de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

desaguamento de lodo tipo decanter centrífugo móvel e sistema fixo de sedimentação, para atender a ETA de Farroupilha e, posteriormente, algumas localidades da SURNE.

Contratação de serviço técnico especializado para elaboração de estudos de P&D visando à elaboração dos projetos conceitual e básico detalhado das adaptações necessárias para Implementação de Sistema de Flotação por Ar Dissolvido, na ETA II de Farroupilha, visando melhorar o adensamento e a remoção do lodo gerado.

11. POLÍTICAS ADMINISTRATIVAS

Em 2012, a CORSAN aprimorou os processos para o desenvolvimento da política de recursos humanos. As principais ações desenvolvidas que orientaram a gestão do capital humano são:

11.1. Quadro de Pessoal

Implantação do Plano de Demissão Voluntária, com 454 adesões e 403 desligamentos ocorridos em 2012.

Aprimoramento do Diagnóstico de necessidades de pessoal, incluindo nas demandas as adesões do PDV e licenças sem previsão de retorno, estabelecendo etapa inicial de admissões de 500 empregados para repor demandas do atendimento essencial da CORSAN nos municípios (agente de tratamento, agente operacional, agente administrativo e técnico eletromecânico). A etapa de admissões iniciou em dezembro de 2012 e será concluída em junho de 2013.

11.2. Progressão Profissional na Carreira

Aprimoramento do processo de avaliação de desempenho com efeito nas promoções por merecimento, disponibilizando critérios e todas as informações aos empregados, garantindo recebimento da ficha de avaliação concluída.

Continuidade no volume histórico de oportunidade de vagas para promoções, para mais 972 empregados, onde nos anos de 2011 e 2012 mais da metade do quadro funcional foi promovido.

11.3. Atividades de Capacitação e Aperfeiçoamento

O Programa de Aprendizagem e Capacitação 2012 representou um investimento de mais de R\$ 2,5 milhões, com mais de 3 mil oportunidades oferecidas. Através de regramento interno a CORSAN estabeleceu os critérios para a distribuição justa das oportunidades e alinhamento destas atividades de treinamento ao Planejamento Estratégico.

A parceria com a FDRH propiciou o ingresso de R\$ 350 mil de investimentos do Governo Estadual para a qualificação da gestão local do saneamento, sendo o Curso ministrado por instrutores da CORSAN e da FACCAT e promovido para os Chefes das Unidades de Saneamento da CORSAN.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

11.4. Acordo Coletivo

As negociações coletivas ocorreram de forma altamente qualificadas, com duração recorde de apenas 30 dias, isso porque a política de valorização do quadro funcional é uma realidade. O reajustamento dos salários foi mantido acima do INPC visando a compensação das perdas históricas, além da recuperação de valor de algumas vantagens.

11.5. Programa de Participação nos Lucros e nos Resultados – PPLR

O Programa de Participação nos Lucros e nos Resultados – PPLR vem estimulando a produtividade e incentivando os empregados. Para o exercício de 2012 o investimento atinge aproximadamente R\$ 27 milhões ao quadro funcional.

11.6. – Programa Jovem Aprendiz

A CORSAN passa a dar oportunidade a jovens que cumprem medida sócio educativa dentro das políticas de inclusão social do Governo do Estado. Para isso, a Companhia firmou Termo de Cooperação com o Estado do Rio Grande do Sul através da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH), com a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do RS (FASE) e Centro de Integração Empresa Escola (CIEE). Com o convênio, a CORSAN vai legalizar junto à Secretaria de Trabalho e Emprego as cotas para contratação de aprendizes, dando oportunidade de qualificação profissional a mais de 160 jovens a cada ano.

11.7. – Programa Acessibilidade Universal

A CORSAN firmou termo de convênio com o Estado através da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH), com a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas destinadas às Pessoas com Deficiência no RS (FADERS), diagnosticando ações e preparando o Programa Acessibilidade Universal. Com o Convênio e o diagnóstico realizado em 2012, o Programa Acessibilidade Universal será implantado em 2013 para adequação de seu funcionamento e passar a promover a inclusão das pessoas com deficiência e a acessibilidade para a sociedade a partir do seu ambiente de trabalho.

12. RESUMO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O resumo econômico-financeiro a seguir, demonstra os valores relevantes referentes às operações da Companhia, inclusive quanto a expressão do Ativo e do Patrimônio Líquido, especificando-se o índice de relação entre capital de terceiros e próprios.

12.1 Destaques Financeiros

Os valores estão expressos em milhares de reais, e foram apurados em conformidade às práticas contábeis emanadas pela legislação societária e as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	2012	2011
Receita Operacional Líquida	1.732.370	1.558.910
Lucro Operacional	247.551	328.813
Lucro Líquido	182.466	231.280
Endividamento Líquido	343.263	303.866
LAJIDA (EBITDA)	307.775	388.679
Margem Líquida EBITDA	17,77%	24,93%
Ativo Total	2.907.525	2.680.861
Ativo Imobilizado	83.180	84.064
Ativo Intangível	1.786.977	1.553.169
Ativo Financeiro	411.681	393.852
Patrimônio Líquido	1.247.856	1.094.227
Participação Capital de Terceiros/Capital Próprio (Índice)	1,37	1,47

12.2 Endividamento Líquido

O endividamento geral da Companhia referente a empréstimos e financiamentos atingiu R\$ 395 milhões em 2012 e R\$ 397 milhões em 2011. Abaixo quadro demonstrativo:

	2012	2011
Endividamento de curto prazo	90.000	85.876
Endividamento de longo prazo	305.516	311.578
Total	395.516	397.454
Disponibilidades	52.253	93.588
Endividamento Líquido	343.263	303.866
Endividamento Líquido (Endividamento Líquido / Patrimônio Líquido)	27%	27%

Analisando os dados constata-se que o nível de endividamento líquido da Companhia continuou o mesmo do ano anterior.

12.3 Composição do Lajida (Ebitda)

	2012	2011
Lucro antes da CSLL e do IRPJ	247.551	328.813
(+) Despesas Financeiras	59.503	69.963
(-) Receitas Financeiras	(62.123)	(74.901)
(+) Depreciações e Amortizações	62.844	64.804
LAJIDA	307.775	388.679
Margem LAJIDA (%)	17,77%	24,93%

O LAJIDA (EBITDA) não é um indicador calculado de acordo com os princípios contábeis brasileiros e possivelmente, pode não servir de base de comparação com indicadores de outras empresas, muito embora a ênfase possa vir a ser menor. O EBITDA é muito utilizado por ser um indicador para a avaliação da tendência dos lucros da atividade principal de uma empresa.

12.4 Gestão em Resultados

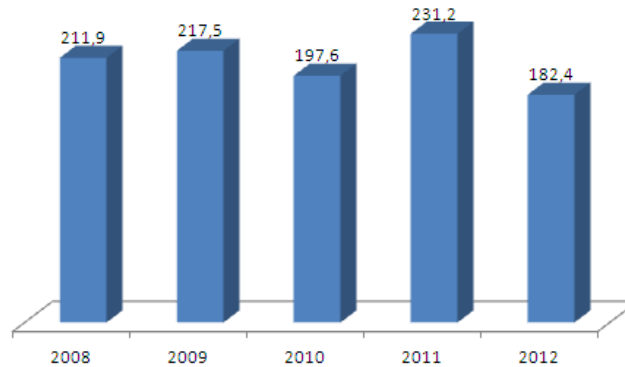
Com o objetivo de parametrizar o desempenho corporativo da gestão, apresenta-se a seguir a série histórica dos resultados da Companhia que atingiu no período um

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

resultado líquido de R\$ 182,4 milhões, cuja maior parcela foi reinvestida nos serviços prestados à comunidade gaúcha, conforme preconiza a política do acionista majoritário, Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Habitação e Saneamento – SEHABS.

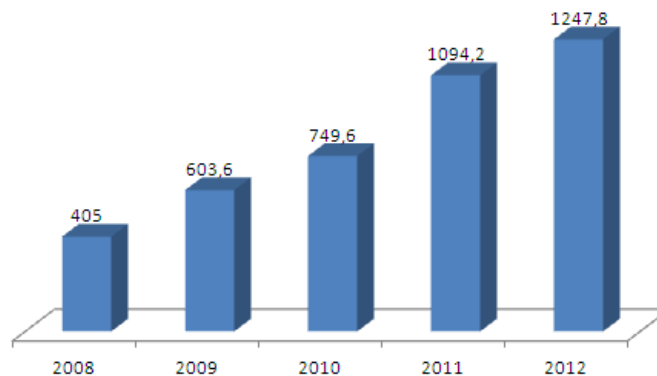
O desempenho econômico financeiro da Companhia, nos últimos cinco exercícios, pode ser avaliado no gráfico a seguir.

Lucro Líquido do Exercício (R\$ milhões)



O Patrimônio Líquido apresentou evolução de 14,04% em relação ao exercício de 2011, tendo em vista os lucros gerados nos últimos exercícios, cujos recursos, após a destinação legal, serão aplicados nos programas referidos no item 3.5.1.

Patrimônio Líquido (R\$ milhões)



12.5 Gestão Financeira

Ao longo do ano de 2012, a CORSAN esteve focada na estabilização financeira da Companhia, bem como na consolidação da reestruturação operacional de suas atividades através de várias medidas adotadas, como:

- Liquidação dos compromissos financeiros na data de seus efetivos vencimentos;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Racionalização dos controles e pagamentos das contas de energia elétrica;
- Desenvolvimento de rotina para acompanhamento do serviço da dívida referente a obras financiadas;
- Alteração e melhorias de rotinas internas.

13. POLÍTICAS COMERCIAIS

A CORSAN, com foco no cliente, agrega esforços à sua Gestão Corporativa, visando à consolidação e ampliação das estruturas organizacional, funcional e operacional, efetivando o estreitamento das ações junto à carteira de clientes ativos, cadastrados e aos novos demandantes que necessitarão de inserção no sistema de saneamento dos diversos municípios do Estado.

A Companhia, em diversas Unidades de Saneamento, executa a atividade de revisão e controle de usuários que utilizam fontes alternativas para abastecimento de água e utilizam o sistema de esgotamento sanitário sem ônus. O objetivo desta revisão cadastral é cobrar a utilização dos ativos da Companhia, o que já está se efetivando mais acentuadamente a partir do segundo semestre.

A política comercial da Companhia se consolida nas relações institucionais com os diversos entes públicos, quer Poderes Concedentes, Agências Reguladoras Municipais e a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados Rio Grande do Sul – AGERGS. Nesse contexto se contempla os avanços contínuos em novas tecnologias e excelência dos serviços, bem como, na estrutura logística colocada a disposição da comunidade gaúcha. Neste sentido se implementa ações visando à redução de gastos comerciais, tendo como meta a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da CORSAN, sujeito a legislação vigente, ao controle dos órgãos reguladores e principalmente da sociedade gaúcha.

A CORSAN trabalha com ênfase a readequação do subsídio residencial social para famílias de baixa renda em conformidade com a política governamental, assim se manteve o programa de readequação do subsídio residencial social para famílias de baixa renda, historicamente inserido nas ações atinentes a Companhia. Neste exercício a CORSAN realizou divulgação de enquadramento na tarifa social, na Assembleia Legislativa, em diversos municípios e comunidades gaúchas, sendo que nos municípios, normalmente se contavam com o apoio e participação do Poder Concedente. O objetivo principal dessa iniciativa é corrigir distorções sociais e levar o subsídio àquelas famílias que efetivamente fazem jus ao recebimento do desconto passando as mesmas a serem notificadas quanto à necessidade de comprovação dos critérios, para manutenção do benefício.

O mercado da Companhia, no período de 2012, evidencia uma comercialização, medida, 274.034.801 m³ de água potabilizada, nas diversas comunidades atendidas pela CORSAN, o que indica um crescimento histórico, no período analisado, de 1,63 %, atingindo a universalização deste serviço. Ainda se registra que o consumo médio geral por economia é de 10,14 m³.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Para atendimento das metas estabelecidas pela gestão, a política comercial está consubstanciada nos programas a seguir identificados:

13.1 Otimização da Medição

No exercício de 2012 foram investidos R\$ 1,1 milhões em hidrômetros de $\frac{3}{4}$ " e conjuntos de lacre anti fraude, contemplando significativamente a área de micromedição. Em ação comercial foram substituídos 96.100 hidrômetros de $\frac{3}{4}$ ", que apresentavam insuficiência de medição, contemplando o TAC firmado com o Ministério o Público para se atingir 100% de hidrometração. Em 2012 A CORSAN atingiu o índice de 99.66% de hidrometração, através da instalação de medidores em ligações ainda não medidas. Para manutenção e perda de faturamento devido a fraudes, se adquiriu 850.000 conjunto de lacres anti fraude. Corroborando com a otimização da medição, a CORSAN iniciou o processo de certificação e modernização das bancas de aferição de hidrômetros. Nesse sentido foram investidos recursos para a melhoria de estruturas físicas da ambiência da atividade e foram implementadas ações de aquisição de diversos equipamentos, instrumentos e acessórios para a adequação à normatização do Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO.

13.2 Renovação do Parque de Hidrômetros

Dentro dos critérios adotados foram implementadas ações de cunho operacional reduzindo a idade média do parque de hidrômetros atual para 3,5 anos, num contexto de planejamento estratégico de redução dessa idade média até 2013. Desta forma, foram adquiridos 150.000 hidrômetros $\frac{3}{4}$ ", com lotes de entregas previstos até 2013, contemplando o programa de renovação do parque de micro medição.

13.3 Adequação de Ligações Novas

A CORSAN contempla verbas orçamentárias voltadas ao incentivo de novas ligações prediais de água ao sistema da CORSAN, nesse sentido foi investido o valor total de R\$ 4,1 milhões, para a aquisição de 78.000 conjuntos para ligação predial de água. No período de 2012 foi complementado o recebimento com 52.000 conjuntos.

13.4 Redução da Evasão de Clientes

Manteve-se o desenvolvimento da estrutura de atuação da Companhia com ações de diminuição da proliferação de fontes alternativas indevidas, através de procedimentos conjuntos com o Ministério Público e Vigilância Sanitária Municipal, em cumprimento à legislação federal e estadual vigentes. As ações foram concentradas na revisão do cadastro das fontes alternativas em diversas cidades para evitar a utilização de poços domésticos.

13.5 Renovação do Parque de Coletores de Dados – EDA's

A CORSAN no sentido de bem instrumentalizar e otimizar o processo de leitura, medição e emissão da fatura, bem como o cadastro e revisão via sistema móvel, lançou o processo licitatório para a aquisição de 650 conjuntos de coletores de dados

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

– EDA's e impressoras portáteis. Essa ação já contempla a atualização da tecnologia de hardware e software, na área de transmissão de dados melhorando o desempenho da informação e da ação dos agentes comerciais da Companhia.

13.6 Sistema Móvel de Serviço CORSAN - SMS

O Projeto de Sistema Móvel de Serviço da CORSAN – SMS tem como objetivo o atendimento dos principais módulos comerciais junto ao cliente, através do processamento em tempo real da execução e da atualização das informações junto aos sistemas corporativos da Companhia. Para a plena implementação em 2012, as regras de negócios comerciais junto aos demais sistemas corporativos da CORSAN foram realinhadas. Nesse sentido encontra-se em processo de aquisição um lote de equipamentos, 1.027 tablets, necessários para a efetiva operação comercial da mobilidade dos serviços.

13.7 Controle da Inadimplência

Registra-se que há ações preventivas para gestão da inadimplência, tais como: inclusão de proprietários de imóveis com faturas pendentes em órgãos de restrição ao crédito (SPC e SERASA); revisão de critérios que visam agilizar as cobranças das contas a receber, com atenção especial aos débitos públicos e; recuperação de créditos particulares por via extra-judicial e judicial.

13.8 Indicadores de Eficiência Comercial

Com a finalidade de medir as ações comerciais realizadas em cada uma das Unidades de Saneamento, são utilizados indicadores de eficiência comercial, como ferramenta de gestão que embasa e facilita o processo de tomada de decisão. Tratam-se dos indicadores que medem os índices: Volume Médio Unitário, Volume Disponibilizado Unitário, Rendimento Comercial, Eficiência de Leitura, Eficiência de Suspensão de Abastecimento, Eficiência de Cobrança, Eficiência da Comercialização, Alterações de Faturamento, Histograma de Consumo Faixa Baixa, Histograma de Consumo Faixa Alta e Arrecadação unitária Geral.

13.9 Outras Ações Comerciais Relevantes

A CORSAN realizou negociação das dívidas de diversos hospitais, considerando que trata-se de uma ação favorável a instituições de cunho eminentemente social, dessa forma se contemplou as questões vinculadas à filantropia.

Registra-se que houve uma ação conjunta com a Superintendência Jurídica da Companhia, visando obter subsídios e realizar a defesa da estrutura tarifária praticada pela CORSAN, cujos processos se encontravam no Supremo Tribunal de Justiça STJ. Assim a Companhia foi representada em Brasília para instruir com esclarecimentos, em reuniões com os Ministros, subsidiando o julgamento dos processos, nos quais esta CORSAN logrou êxito, evitando onerosos prejuízos e um desequilíbrio econômico financeiro que dificilmente se recuperaria.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**14. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informa-se que os serviços de auditoria independente foram contratados pela CORSAN junto à empresa ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S, mediante processo licitatório, conforme estabelece a Lei 8666/93 e firmado pelo Termo Aditivo 292/2012 em 29/11/2012 pelo período de doze meses. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor.

Salienta-se que os auditores externos não realizaram outros serviços que não os relacionados à auditoria das demonstrações contábeis.

15. AGRADECIMENTOS

O corpo de Gestores da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN agradece aos Acionistas, ao Governo do Estado, à Secretaria de Habitação e Saneamento - SEHABS, aos Clientes dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, aos Empregados, aos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores, aos Fornecedores e Instituições Financeiras, pela Excelência nos relacionamentos e nos êxitos obtidos no exercício findo.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2012.

A Administração da CORSAN

Notas Explicativas

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010. A Companhia passou a operar de forma efetiva, a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da CORSAN é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria Estadual de Habitação e Saneamento.

O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais; bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua complementarmente às atividades dos Municípios sob regime de concessão pública, oferecendo neste contexto um serviço público essencial e de interesse local. É neste ambiente operacional, através de processos licitatórios, que a Companhia conquista e atua em seus diferentes mercados das regiões do Rio Grande do Sul.

A Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e desta forma os serviços públicos são prestados com base nos princípios fundamentais da universalização do acesso, integralidade, e maximização da eficácia das ações e dos resultados. Assim, a CORSAN realiza suas atividades de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente, respeitando a vida e os patrimônios público e privado. Por prestar serviço público essencial, está articulada com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante.

Visa a sustentabilidade econômica e a integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

**1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA -- Continuação**

Atua em 320 municípios do Rio Grande do Sul com sistemas de abastecimento de água e concomitantemente, em 41 municípios com sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Em 245 municípios as operações decorrem de Contratos de Programa, conforme regulamentado na Lei 11.445/07. Em 31 de dezembro de 2012, há 26 contratos cujos prazos de concessão expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

A autorização para conclusão destas Demonstrações Financeiras ocorreu na reunião de diretoria de 12 de março de 2013.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

Para efeitos de comparabilidade com o exercício de 2012 alguns dados divulgados em 2011 foram reclassificados, sem alterar, no entanto, os resultados finais.

A Companhia aprimorou seus controles quanto à classificação e segregação entre curto e longo prazo dos seus ativos e passivos, conforme sua natureza e expectativa de realização. Desta forma, o saldo de 31 de dezembro de 2011 apresentou as seguintes reclassificações: i) contas a receber de clientes (R\$9.227), ii) depósito judicial (R\$46.844), iii) fornecedores (R\$6.638) e iv) provisão para riscos trabalhistas (R\$48.849).

2.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas Explicativas

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****2. POLÍTICAS CONTÁBEIS -- Continuação****2.2) Contas a receber de clientes**

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio histórico de cada cliente.

2.3) Ativos financeiros – contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber, são classificadas no ativo não circulante, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, e a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. O valor provisionado é considerado suficiente para a expectativa de perdas na realização dos créditos.

2.5) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição, e não excede o custo de realização. Provisão para perdas é registrada com base na expectativa de perda por avarias ou obsolescência.

2.6) Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS -- Continuação**2.7) Imobilizado**

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados a atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. Quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- | | |
|----------------------|---------|
| • Edifícios | 25 anos |
| • Máquinas | 10 anos |
| • Veículos | 5 anos |
| • Demais bens móveis | 10 anos |

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

A Companhia revisa a vida útil-econômica desses ativos anualmente. Em 31 de dezembro de 2012, revisou e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS -- Continuação**2.8) Ativos intangíveis***Concessões*

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, sendo os contratos similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS – AGERGS, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários durante o período de concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.13, e o valor do ativo financeiro – trazido a valor presente - referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens ou prazo de concessão, como segue:

	Vida útil do intangível	Prazo médio de concessão
Sistemas de água	60 anos	25 anos
Sistemas de esgoto	60 anos	25 anos
Bens de uso geral	10 anos	25 anos

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS -- Continuação**2.8) Ativos intangíveis -- Continuação**

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado ou deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2012, R\$411.681 como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$393.852 em 31 de dezembro de 2011). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelo custo médio ponderado de capital. Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos. A Companhia não possui nenhum contrato de concessão oneroso.

2.9) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e financiamentos ou instrumentos derivativos. A Companhia determina a classificação de seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2012 e 2011 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e/ou empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

A Companhia não realizou durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, operações com instrumentos derivativos.

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS -- Continuação**2.9) Instrumentos financeiros** -- Continuação*Mensuração subsequente*

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos, ativos financeiros e disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos e passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas, no resultado, como despesa financeira ou despesa comercial, conforme a natureza do ativo financeiro ao qual a perda se relaciona.

Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS -- Continuação**2.10) Provisões****Geral**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

2.11) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo "benefício definido" e a avaliação é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 600 de 2009, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

**2. POLÍTICAS CONTÁBEIS -- Continuação****2.11) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados -- Continuação**

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos como receita ou despesa quando os ganhos ou perdas atuariais acumulados líquidos não reconhecidos para cada plano no final do período-base anterior ultrapassarem 10% da obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data, dos dois o maior. Esses ganhos ou perdas são reconhecidos ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam dos planos. A partir de 1º de janeiro de 2013, ganhos e perdas atuariais passarão a ser reconhecidos em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, como comentado na Nota 4.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação Corsan.

2.12) Impostos*Imposto de renda e contribuição social corrente*

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro real.

Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS -- Continuação**2.12) Impostos** -- Continuação*Imposto de renda e contribuição social diferidos*

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%
ISS - Imposto sobre Serviços	2% a 5%

Os serviços são apresentados na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de serviços).

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS -- Continuação**2.13) Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de serviços de irrigação não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(ii) Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente interrelacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e; os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico – financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas (4% em 2012 e 2011).

A Companhia revisa anualmente suas margens. Em 31 de dezembro de 2012 não foram identificadas alterações relevantes.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS -- Continuação**2.13) Reconhecimento da receita -- Continuação**

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

2.14) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

O valor dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa financeira e para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros é revertida da Demonstração do Resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. A Companhia imputou o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios propostos calculados na forma da lei.

2.15) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com a deliberação CVM nº 641 de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03(R2) (IAS7) – demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO****2. POLÍTICAS CONTÁBEIS -- Continuação****2.15) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado – Continuação**

A demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a deliberação CVM nº 557 de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 – demonstração do valor adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o período, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders).

2.16) Ajustes a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita. Em 31 de dezembro de 2012 os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos, o contas a receber de longo prazo e o contas a pagar de longo prazo, foram ajustados a seu valor presente.

2.17) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.18) Lucro líquido por ação

O calculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e consequentemente não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS -- Continuação**2.19) Programa de participação nos resultados - PPR**

No exercício são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

2.20) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.21) Custo de Empréstimo

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos com empréstimo são registrados como despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

Conforme permitido pelo ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis relacionados aos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.



3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.



3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS -- Continuação

Estimativas e premissas -- Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.



3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS -- Continuação

Estimativas e premissas -- Continuação

Benefícios de Aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas periodicamente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

As premissas utilizadas estão descritas na nota 21.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

4. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Abaixo destacamos as normas já emitidas e que entraram em vigor neste exercício, as quais não causaram impacto às demonstrações financeiras da companhia:

- IAS 12 Imposto de Renda – Recuperação dos Ativos Subjacentes. Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo.

A seguir destacamos as normas já emitidas e que não entraram em vigor na data da elaboração destas demonstrações financeiras. Na avaliação da administração tais normas não causarão impacto às demonstrações financeiras da companhia:

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de itens de Outros Resultados Abrangentes.
- IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (revisado em 2011) - Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011) - Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 32 Clarifica as compensação de ativos e passivos, sendo sua vigência a partir de 1º janeiro de 2014, a Companhia não espera efeitos relevantes às suas demonstrações financeiras.
- IFRS 7 Divulgações de instrumentos financeiros — Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração - O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2015.
- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013

**4. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS -- Continuação**

- IFRS 11 – Empreendimentos Conjuntos - Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 12 – Esclarece e requer divulgações específicas relativas a investimentos em outras empresas.
- IFRS 13 – Divulgação da participação em outras entidades - Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

A seguir destacamos a norma já emitida e que não entrou em vigor na data da elaboração destas demonstrações financeiras. Na avaliação da administração tais normas causará impacto às demonstrações financeiras da companhia quando da sua adoção:

- IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda) - Em 16 de junho de 2011, foi editado pelo IASB revisão da IAS 19 – Benefícios a Empregados, a ser aplicada obrigatoriamente a partir de 1º de janeiro de 2013. Essa norma revisada trouxe alterações que causarão impacto à Companhia, sendo que a principal alteração será a remoção do mecanismo do corredor. Esta norma revisada foi aprovada pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela Deliberação CVM nº 695/2012, onde, a partir de 1º de janeiro de 2013, os eventuais ativos ou passivos (decorrentes de ganhos ou perdas atuariais) passarão a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras tendo como contrapartida a conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. A Companhia estimou atuarialmente a perda não reconhecida em 31 de dezembro de 2012 em R\$813.578, como demonstrado na nota 21.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos bancários	25.216	56.386
Aplicação de liquidez imediata	1.952	20.279
	27.168	76.665

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras totalizam R\$25.085 em 31 de dezembro de 2012 (R\$16.923 em 31 de dezembro de 2011) e referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 104% (100% a 104% em 31 de dezembro de 2011) do CDI, com liquidez diária.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2012	2011
Contas a receber vincendas		
Particular	120.320	113.024
Pública	4.614	4.181
Contas a receber vencidas		
Particular	47.173	47.064
Pública	33.532	56.005
Receitas a faturar	49.173	49.224
Total de contas a receber	254.812	269.498
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(35.826)	(46.810)
	218.986	222.688
Circulante	213.844	213.461
Não circulante	5.142	9.227

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES -- Continuação

Os valores de contas a receber vencidos estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Particular	Pública	Particular	Pública
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	33.077	3.000	32.942	2.606
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	6.666	3.187	4.748	5.034
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	4.522	2.878	4.595	6.334
Créditos vencidos - 181 a 360 dias	1.251	494	1.084	7.304
Créditos vencidos - mais de 360 dias	1.657	23.973	3.695	34.727
	47.173	33.532	47.064	56.005

O saldo com o poder público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas.

A conta receitas a faturar se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.13).

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando as contas a receber de usuários particulares vencidas há mais de 180 dias e faturas referentes aos serviços de água e esgoto de órgãos públicos que apresentam risco de perda.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	2012	2011
Saldo no início do exercício	(46.810)	(34.241)
Adições	(12.372)	(12.586)
Reversões	23.356	17
Saldo no final do exercício	(35.826)	(46.810)

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

7. ESTOQUES

	31/12/2012	31/12/2011
Tubulações de água e esgoto	14.824	18.351
Materiais de tratamento/laboratório	15.977	7.943
Materiais diversos	10.278	8.137
	41.079	34.431

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados a aplicação em obras são classificados no intangível.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2012	31/12/2011
Classificados no Ativo		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	137.345	120.212
Classificados no Passivo		
Pasep e Cofins diferidos	10.727	12.068

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

De acordo com o CPC 32 vêm sendo registrados os créditos fiscais diferidos sobre as bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. As bases destes créditos são as seguintes:

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

8. TRIBUTOS DIFERIDOS -- Continuação

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos -- Continuação

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:		
Passivo atuarial	534.756	467.649
Provisão Fundação CORSAN	3.793	-
Provisão para riscos fiscais cíveis e trabalhistas	237.147	243.820
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	35.826	46.810
Provisões para perdas - diversas	58.644	65.229
Contribuições previdenciárias tributadas por regime de caixa	87.480	86.376
Reserva de reavaliação	(89.489)	(93.685)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	(246.121)	(192.291)
Encargos financeiros capitalizados	(192.903)	(205.654)
Variação cambial tributada por regime de caixa	(42.486)	(53.303)
Outras provisões e diferenças temporárias	17.308	(11.386)
Total das diferenças temporárias	403.955	353.565
Alíquota vigente	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos - líquido	137.345	120.212

A CORSAN adotou o regime tributário de transição - RTT, instituído pela Medida Provisória 449/08 convertida na Lei nº 11.941/09, anulando, assim, os efeitos tributários provenientes das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09. Desta forma, manteve-se a não tributação dos valores de doações governamentais para investimentos.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

8. TRIBUTOS DIFERIDOS -- Continuação

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos -- Continuação

Conciliação alíquota efetiva

	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	247.551	328.813
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(84.167)	(111.796)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	16.232	13.221
Incentivos fiscais	3.809	1.619
Outras diferenças permanentes	(958)	(576)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(65.085)	(97.533)
Corrente	(82.218)	(83.128)
Diferido	17.133	(14.405)
Alíquota efetiva	26%	30%

b) COFINS e PASEP Diferidos

A Provisão para tributos diferidos de COFINS e PASEP é calculada com base no faturamento de órgãos públicos. Com base na legislação fiscal, tributos sobre faturamento a órgãos públicos são tributados quando do recebimento.

COFINS e PASEP Diferidos	31/12/2012			31/12/2011		
	COFINS	PASEP	Total	COFINS	PASEP	Total
Diferimento receita de órgãos públicos	-	-	-	3.081	669	3.750
RTT e Outros	8.813	1.914	10.727	6.834	1.484	8.318
Total COFINS e PASEP	8.813	1.914	10.727	9.915	2.153	12.068
Valor registrado no passivo	(9.173)	(1.992)	(11.165)	(9.915)	(2.153)	(12.068)
Valor registrado no ativo	360	78	438	-	-	-

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

9. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos bloqueados	2.697	2.608
Créditos com prefeituras municipais	3.035	4.012
Adiantamento de férias	6.542	6.492
Indenizações judiciais a receber	3.574	3.569
Por serviços ou obras prestados a terceiros	978	1.055
Valores a compensar	1.915	1.935
Créditos diversos	693	1.830
	19.434	21.501
Circulante	12.242	13.686
Não circulante	7.192	7.815

10. ATIVOS FINANCEIROS – CONTRATOS DE CONCESSÃO

	2012	2011
Ativos financeiros	718.116	718.453
(-) Ajuste a valor presente	(306.435)	(324.601)
	411.681	393.852

Movimentação do ativo financeiro:

	2012	2011
Saldo no início do exercício	393.852	368.890
Realização de AVP	18.166	25.297
Bens em comodato	(337)	(335)
Saldo no final do exercício	411.681	393.852

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

10. ATIVOS FINANCEIROS – CONTRATOS DE CONCESSÃO -- Continuação**Transferência de Bens e Serviços**

Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98 por decisão do Superior Tribunal de Justiça foi sustado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora, já tivessem sido entregues. O saldo deste imobilizado em 31 de dezembro de 2012 totaliza R\$31.696 e foi reclassificado para o ativo financeiro quando da aplicação do ICPC 01.

Em atendimento a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos das Suspensões de Liminares (SLS) números 1406-RS e 1407-RS a CORSAN fez a transferência da operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e respectivos bens a eles afetos ao Município de Uruguaiana, conforme termo de transferência assinado entre as partes, em 24 de junho de 2011. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2012 totaliza R\$8.620 (R\$8.620 em 31 de dezembro de 2011) e foi reclassificado para o ativo financeiro.

11. IMOBILIZADO

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
SalDOS em 2011	22.190	265.318	23	287.531
Adições	-	12.262	-	12.262
Baixas	(21)	-	-	(21)
Transferências	-	3.188	-	3.188
Provisões	-	(4.771)	-	(4.771)
SalDOS em 2012	22.169	275.997	23	298.189
Depreciação				
SalDOS em 2011	(14.408)	(189.059)	-	(203.467)
Depreciações	(884)	(10.658)	-	(11.542)
SalDOS em 2012	(15.292)	(199.717)	-	(215.009)
SalDOS líquidos em 2011	7.782	76.259	23	84.064
SalDOS líquidos em 2012	6.877	76.280	23	83.180

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

11. IMOBILIZADO – Continuação

A Companhia avaliou seus estoques de componentes para obras e constituiu provisão para perda com deterioração no montante de R\$4.771.

A depreciação do exercício apropriada ao resultado foi de R\$8.826 (R\$8.424 em 2011) como custo do serviço prestado, R\$1.143 (R\$1.150 em 2011) como despesa comercial e R\$1.573 (R\$1.438 em 2011) como despesa administrativa.

Sob a rubrica “sistemas de esgotos” são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica “bens de uso geral” são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades não relacionadas à concessão pública.

12. ATIVO INTANGÍVEL

Custo	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do intangível
Saldos em 2011	540.728	359.569	76.661	756.297	1.733.255
Adições	7.710	3.086	8.983	268.563	288.342
Baixas	(26)	(13)	(5)	-	(44)
Transferências	14.925	3.401	1.583	(23.097)	(3.188)
Saldos em 2012	563.337	366.043	87.222	1.001.763	2.018.365
Amortização					
Saldos em 2011	(101.827)	(44.971)	(33.288)	-	(180.086)
Amortizações	(29.868)	(15.797)	(5.637)	-	(51.302)
Saldos em 2012	(131.695)	(60.768)	(38.925)	-	(231.388)
Saldos líquidos em 2011	438.901	314.598	43.373	756.297	1.553.169
Saldos líquidos em 2012	431.642	305.275	48.297	1.001.763	1.786.977

A amortização do exercício apropriada ao resultado foi de R\$51.302(R\$53.792 em 2011) como custo do serviço prestado.

Sob a rubrica “bens de uso geral” são registrados imóveis e equipamentos necessários, à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos tem vida útil específica.

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$16.129 (R\$12.810 em 2011). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 7,3%.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

13. SEGUROS

A Companhia não adota política de contratação de seguros para os seus ativos.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Indexador	Taxa de juro anual	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Banco do Brasil	TR	7,44%	31/03/14	46.192	40.860	10.623	51.075
Banco Nacional de Desenvolvimento	TJLP	2,61%	15/04/23	13.458	8.364	127.433	101.258
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	US DÓLAR	4,16%	26/07/20	8.583	7.988	52.192	54.753
Caixa Econômica Federal				18.501	21.808	90.233	81.600
Caixa Econômica Federal	UPR	6%	17/02/30	13.558	8.944	82.522	59.417
Secretaria do Tesouro Nacional	UPR	8%	28/12/15	4.943	12.864	7.711	22.183
PIMES - Progr. Integr. Melhoria Social	TR	11,00%	20/02/16	239	620	513	748
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR	6,00%	06/05/30	146	146	1.007	1.039
Prefeitura Municipal de Osório	UPR	6,00%	04/08/30	2.516	5.829	19.762	17.977
Prefeitura Municipal de Torres	UPR	6,00%	05/04/28	365	261	3.753	3.128
				90.000	85.876	305.516	311.578

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Os financiamentos com a Prefeitura Municipal de Encantado, com a Prefeitura Municipal de Osório e com a Prefeitura Municipal de Torres foram contratados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN, até o limite do saldo devedor de cada contrato na data dos balanços.

Os contratos da Companhia não tem cláusulas financeiras restritivas ("covenants").

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – Continuação

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2014	44.094
2015	30.296
2016	27.996
2017	27.654
Após 2017	175.476
	305.516

15. DEBENTURES

Em 2 de dezembro de 2010 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR

Serão emitidas 100 debêntures no valor total de R\$57.509, em 03 séries, sendo emitidas 28 debêntures na primeira, 30 debêntures na segunda série e 42 debêntures na terceira série.

	Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante	
			2012	2011	2012	2011
1ª Emissão	TJLP	1,92%	45	-	16.102	-
			45	-	16.102	-

Em 31 de dezembro de 2012 apenas recursos da primeira emissão foram captados. São 28 (vinte e oito) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de abril de 2012, com 3 anos de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 16 de maio de 2022. Os recursos das debêntures ingressaram na Companhia, no mês de abril de 2012, no montante de R\$16.212. As debêntures recebem uma remuneração paga anualmente, a taxa de juros equivalente a 1,92% a.a., acima da TJLP, sobre o saldo devedor de principal das debêntures. Os custos de captação não foram relevantes.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

15. DEBENTURES – Continuação

De acordo com a cláusula 7ª do contrato nº 10.2.1772.2, a emitente se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato de promessa de subscrição e da escritura, uma aplicação vinculada com saldo não inferior a R\$2.220. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo dessa aplicação financeira é de R\$2.753.

A escritura inclui uma cláusula de “Obrigações Especiais da Emitente”, com a obrigação de manter, durante a vigência das debêntures até o seu vencimento final, os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

Índices	Metas
Endividamento Líquido Total/EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Total	Igual ou superior a 1,9
Investimentos/Receita Líquida	Igual ou inferior a 26%

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia está cumprindo estes compromissos.

16. FORNECEDORES

	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores de materiais e serviços	86.935	84.257
Parcelamento - DMAE	4.460	9.575
Parcelamento - Fundação (Nota 24.b.2)	9.768	13.635
	101.163	107.467
Circulante	95.549	94.125
Não circulante	5.614	13.342

O parcelamento com o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) refere-se à compra de água bruta para os Municípios de Eldorado do Sul e Viamão.

Em 31 de dezembro de 2012, o montante dos compromissos com fornecedores, não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2014	3.842
2015	1.772
	5.614

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES - PARCELAMENTOS

Imposto ou contribuição	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
PASEP		SELIC	31/10/10	-	1	-	-
INSS	UFIR	1% a.m	20/04/13	402	1.169	-	390
				402	1.170	-	390

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos com impostos e contribuições apresentados no passivo não circulante vencem no segundo semestre de 2013.

18. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2012	2011
Consignações a recolher	4.034	3.798
Custo regulação AGERGS*	364	312
Outras contas a pagar	2.018	1.258
	6.416	5.368

* Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos

19. CONTRATO DE REPASSE DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO – OGE

Foi assinado contrato de repasse entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - SDPI, representado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul, e a CORSAN, que têm por finalidade a implantação de sistema de abastecimento de água do Distrito Industrial de Guaíba. A CORSAN, na qualidade de executora, receberá os recursos financeiros para execução das obras e garantirá a contrapartida do contrato. Os valores serão transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação e montam R\$4.315. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi repassado o valor de R\$3.248.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

20. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo não circulante, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável e foram contabilizados conforme a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas é composta como segue:

	2012		2011	
	Trabalhista	Cível e fiscal	Trabalhista	Cível e fiscal
Saldo inicial	163.062	100.758	121.504	99.392
Adições	119.487	29.230	137.602	51.942
Pagamentos/Reversões	(106.572)	(55.125)	(99.855)	(52.877)
Despesa financeira	4.173	2.134	3.811	2.301
Saldo final	180.150	76.997	163.062	100.758
Total		257.147		263.820
Circulante		83.285		48.849
Não circulante		173.862		214.971

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com as provisões podem ser assim representados:

	2012	2011
Saldo inicial	156.369	126.902
Adições	181.885	127.662
Pagamentos/Reversões	(198.675)	(98.195)
Saldo final	139.579	156.369
Circulante	64.529	46.844
Não circulante	75.050	109.525

**20. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CIVEIS E TRABALHISTAS -- Continuação**

As principais contingências provisionadas são:

Ações trabalhistas

a) Processo 01292.001/86-0 SINDIÁGUA - A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual tendo obtido ganho de causa. Foi realizado um acordo parcial em 1989, onde os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, onde foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos a Companhia continua discutindo judicialmente. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2012, R\$50.029 (R\$46.141 em 31 de dezembro 2011).

b) Outras reclamatórias trabalhistas - Estas se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 2.154 ações. Em 31 de dezembro de 2012 a provisão referente a outras reclamatórias trabalhistas totaliza R\$130.121 (R\$116.921 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$50.013 em 31 de dezembro de 2012 (R\$54.098 em 31 de dezembro de 2011).

**20. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CIVEIS E TRABALHISTAS -- Continuação****Ações cíveis e fiscais**

a) Ação ENC Empreiteira de Obras Ltda (e como solidária Andrade Gutierrez) - Em setembro de 2009, foi contabilizada provisão referente a processo de execução de sentença promovida em face da sentença proferida no feito 026/1.03.0001236-1 - ENC Empreiteira de Obras Ltda. contra a CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. Todas as decisões proferidas foram desfavoráveis à Construtora Andrade Gutierrez S/A, que foi condenada a ressarcir a referida demandante, sendo que a CORSAN deverá efetuar esse ressarcimento, em face da denúncia da lide proposta pela Construtora Andrade Gutierrez S/A. Foi depositado judicialmente em 01 de outubro de 2009 para viabilizar a impugnação dos cálculos da exequente pela CORSAN, o montante de R\$31.041, objetivando estancar a fluência dos juros moratórios e correção monetária. Por decisão do Tribunal de Justiça no Agravo de Instrumento nº 70041657404, complementada pela decisão dos Embargos Declaratórios nº 70044889103, em 12 de dezembro de 2012, conforme Alvará 103124502012 da 1ª Vara da Comarca de Santa Cruz do Sul, foi autorizado o levantamento do valor depositado judicialmente, e pago para a Construtora Andrade Gutierrez S/A. A CORSAN interpôs Agravo de Instrumento para o STJ.

b) Outras reclamatórias - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Num segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo a Companhia é parte em 1.467 ações para as quais está provisionado em 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$55.108 (R\$67.811 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R\$117.027 em 31 de dezembro de 2012 (R\$130.291 em 31 de dezembro de 2011). Dessas ações, existem 2.385 ações ajuizadas pelo Ministério Público Estadual, Promotoria de Rio Grande e Passo Fundo, que montam R\$42.432 em 31 de dezembro de 2012 (R\$75.070 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

20. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CIVEIS E TRABALHISTAS -- Continuação

c) Em 29 de agosto de 2012 a CORSAN recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.537 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Funcorsan. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado.

21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	31/12/2012	31/12/2011
Plano de benefício definido	267.416	291.752
Sistema de assistência IPÊ-SAÚDE	67.572	62.086
Suplementação provisória de proventos "PAI/SPP"	199.768	113.811
	534.756	467.649

a) Plano de aposentadoria

O plano de benefícios "BD nº 001", é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela FUNCORSAN, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora CORSAN, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre os quais incidirão contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto FUNCORSAN).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto FUNCORSAN, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO – Continuação**a) Plano de aposentadoria – Continuação**

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo):

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos

	31/12/2012	31/12/2011
(1) Obrigações atuariais	1.689.163	1.255.727
(2) Valor justo dos ativos do plano	(794.274)	(694.393)
(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2)	894.889	561.334
(4) Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos	476.615	118.554
(5) Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido (3-4)	418.274	442.780
(6) Contratos de débitos do empregador com o plano	(150.858)	(151.028)
(7) Passivo atuarial provisionado (5+6)	267.416	291.752

A Companhia possui contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinada FUNCORSAN no valor de R\$150.858 em 31 de dezembro de 2012 (R\$151.028 em 31 de dezembro de 2011).

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os anos de 2012 e 2011 foi a seguinte:

	2012	2011
(1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	442.780	481.053
(2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	30.866	12.962
(3) Contribuições do empregador vertidas no ano	(55.372)	(51.235)
(4) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3)	418.274	442.780

A origem da despesa reconhecida durante os anos de 2012 e 2011 é explicada no quadro a seguir:

	2012	2011
(1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	37.230	16.143
(2) Contribuições esperadas de participantes	(29.468)	(29.312)
(3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	152.979	93.420
(4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	(72.597)	(63.914)
(5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais	21.943	(3.375)
(6) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	110.087	12.962

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO – Continuação**b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE**

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no “Termo de Contrato de Prestação de Serviços” celebrado entre a patrocinadora CORSAN e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 8,9% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à CORSAN. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela FUNCORSAN.

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo) a ser contabilizado:

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos

	31/12/2012	31/12/2011
(1) Obrigações atuariais	199.060	72.859
(2) Valor justo dos ativos do plano	-	-
(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2)	199.060	72.859
(4) Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos	(131.488)	(10.773)
(5) Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido (3+4)	67.572	62.086
(6) Contratos de débitos do empregador com o plano	-	-
(7) Passivo atuarial provisionado	67.572	62.086

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os anos de 2012 e 2011 foi a seguinte:

	2012	2011
(1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	62.086	57.988
(2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	9.826	6.024
(3) Contribuições do empregador vertidas no ano	(4.340)	(1.926)
(4) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3)	67.572	62.086

A origem da despesa reconhecida durante o ano de 2012 assim como a projeção da despesa a reconhecer no ano de 2012 são explicadas no quadro a seguir:

	2013	2012	2011
(1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	2.193	1.979	116
(2) Contribuições esperadas de participantes	-	-	-
(3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	7.405	7.530	5.908
(4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	-	-	-
(5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais	8.505	317	-
(6) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	18.103	9.826	6.024

**21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO – Continuação****c) Suplementação provisória de proventos “PAI/SPP”**

A CORSAN assegura um benefício de Suplementação provisória de proventos aos funcionários, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2012 - 2013.

Para recebimento do benefício, o participante deve cumprir os seguintes requisitos, cumulativamente:

c.1) Indenização de pagamento único

- Aderir ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) entre 01 de janeiro e 30 de abril de 2012;

- Ter 54 anos de idade completos ou mais;

- Possuir mais de 10 anos de vínculo empregatício com a CORSAN no período anterior a 01 de maio de 2011;

O valor da indenização dependerá da idade do empregado na data de adesão ao PDV, não podendo exceder ao teto de R\$ 220.000, conforme segue:

- 54 anos: 21 remunerações base;

- 55/56 anos: 19 remunerações base;

- 57/58 anos: 17 remunerações base;

- 59/60 anos: 10 remunerações base;

- 61 anos ou mais: 5 remunerações base.

c.2) Indenização mensal

- Ter 54 anos de idade completos ou mais;

- Ter concedida aposentadoria pela Previdência Social;

- Estar vinculado a FUNCORSAN, há pelo menos 5 anos, de forma que venha a cumprir o período de carência de 10 anos nos próximos 60 meses;

- Estar desligado da CORSAN.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO – Continuação**c) Suplementação provisória de proventos “PAI/SPP” – Continuação****c.2) Indenização mensal – Continuação**

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo) a ser contabilizado:

	31/12/2012	31/12/2011
(1) Obrigações atuariais	387.978	381.827
(2) Valor justo dos ativos do plano	-	-
(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2)	387.978	381.827
(4) Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos	188.210	184.417
(5) Custo do Serviço Passado não reconhecidos	-	83.599
(6) Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido (3-4-5)	199.768	113.811
(7) Contratos de débitos do empregador com o plano	-	-
(8) Passivo/(ativo) atuarial provisionado	199.768	113.811

Para fins de registro contábil da CORSAN, a movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os anos de 2012 e 2011 foi a seguinte:

	2012	2011
(1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	113.811	113.617
(2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	144.908	11.337
(3) Contribuições do empregador vertidas no ano	(58.951)	(11.143)
(4) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3)	199.768	113.811

A origem da despesa reconhecida durante o ano de 2012 assim como a projeção da despesa a reconhecer no ano de 2013 são explicadas no quadro a seguir:

	2012	2011
(1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	27.713	12.858
(2) Contribuições esperadas de participantes	-	-
(3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	14.963	35.157
(4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	-	-
(5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais	18.542	96.893
(6) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	61.218	144.908

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO – Continuação**d) Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções**

Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

Econômicas e financeiras	2012	2011
Taxa de desconto atuarial - real	3,80% a.a.	5,50% a.a.
Taxa de desconto atuarial - nominal	9,14% a.a.	10,78% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - real	3,88% a.a.	6,40% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - nominal	9,22% a.a.	11,72% a.a.
Taxa de crescimento salarial - nominal*	2,00% a.a.	7,10% a.a.
Taxa de crescimento dos benefícios - nominal	Não considerado	5,00% a.a.
Inflação projetada	5,14% a.a.	5,00% a.a.
Fator de capacidade	98,00%	98,00%

* o crescimento salarial é projetado de forma linear até a idade 54 anos, conforme identificado nos estudos sobre a adequação de premissas realizado durante o ano de 2009.

Demográficas	2012	2011
Tábua de mortalidade geral	AT 83 male	AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 male	AT 49
Tábua de entrada em invalidez	Light Média	Light Média
Tábua de rotatividade	Não aplicado	Não
Entrada em aposentadoria	100% na elegibilidade	100% na
Composição familiar	Benefícios a conceder: Família Real Informada	Experiência
	Benefícios concedidos: Família Real Informada	FUNCORSAN

O retorno real sobre os ativos do plano em 2012 foi de R\$86.846 (R\$70.082 em 2011).

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO – Continuação**d) Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções – Continuação**

A média ponderada da alocação dos ativos por categoria de ativo é a seguinte:

	Alocação dos ativos até 31 de dezembro em %		Alocação dos ativos conforme determinação da Lei 3.792/2006 porcentagem ou faixa de porcentagem
	2012	2011	
Renda fixa	76,54%	73,79%	100%
Renda variável	10,64%	10,75%	70%
Carteira de imóveis	7,87%	9,56%	8%
Empréstimos	4,55%	5,38%	15%
Outros	0,40%	0,51%	20%
Total	100%	100%	

Em 01 de maio de 2011, foi reformulado o Plano de Demissão Voluntária - PDV, com prazo para adesão de 01 de janeiro de 2012 a 30 de abril de 2012, onde 521 funcionários aderiram ao plano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, 426 funcionários se desligaram da empresa, gerando uma despesa de R\$58.951.

A Companhia reconheceu, em 31 de dezembro de 2012, um ajuste líquido na avaliação atuarial entre as provisões do plano de benefício pós-emprego, "IPÊ SAÚDE" e "PAI/SPP" de R\$19.173. Esse ajuste foi realizado com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data base. O saldo da provisão para benefício pós-emprego monta R\$534.756 em 31 de dezembro de 2012 (R\$467.649 em 31 de dezembro de 2011).

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, a partir de 1º de janeiro de 2013 os eventuais ativos ou passivos (decorrentes de ganhos ou perdas atuariais) passarão a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras tendo como contrapartida a conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. A Companhia estimou atuarialmente a perda não reconhecida em 31 de dezembro de 2012 em R\$813.578

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

Em 28 de dezembro de 2011, com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia em R\$153.509, mediante a emissão de 124.100.896 ações nominativas, sendo 62.050.448 ordinárias e 62.050.448 preferenciais. O aumento foi subscrito e integralizado pelo Estado do Rio Grande do Sul, com base em créditos detidos pelo mesmo relativamente a repasses do Orçamento Geral da União – OGU.

Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia registrou como adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$34.084 (R\$15.179 em 31 de dezembro de 2011), oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU.

Com base neste aumento o capital social da Companhia passou a ser R\$657.351, estando assim representado:

Acionistas	Ações		Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
	ordinárias	preferenciais				
Estado do Rio Grande do Sul	265.709.454	265.709.454	531.418.908	99,99999247298	99,99999247298	99,99999247298
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000188175	0,00000188175	0,00000188175
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000112905	0,00000112905	0,00000112905
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
	265.709.474	265.709.474	531.418.948	100,00000000000	100,00000000000	100,00000000000

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- Continuação**b) Reservas de capital**

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros Resultados Abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 31 de dezembro de 2012 monta R\$88.959 (R\$91.261 em 31 de dezembro de 2011).

Com a aplicação do ICPC01 – Contratos de concessão o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009 e, a reserva de reavaliação, transferida para a conta de “outros resultados abrangentes”.

Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 totalizou R\$2.302, líquido dos efeitos tributários.

d) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido apurado, 25% (vinte e cinco por cento) será destinado aos acionistas como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuem. A ação preferencial possui prioridade na distribuição de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos a cada ação ordinária.

O valor dos dividendos obrigatórios é determinado com base no lucro líquido ajustado, conforme demonstra a seguir:

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- Continuação**d) Remuneração aos acionistas** -- Continuação

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	182.466	231.280
(-) Reserva legal (5%)	(9.123)	(11.564)
Base de cálculo para dividendos	173.343	219.716
Dividendo mínimo obrigatório	43.336	54.929
Juros sobre capital próprio imputado ao dividendo	47.742	38.436
Dividendo complementar proposto	-	16.493
Total	47.742	54.929
	28%	25%

Os dividendos calculados por ação ordinária e preferencial são:

Dividendos obrigatórios	Número de ações	Dividendo proposto	Dividendo por ação
Ações ordinárias	265.709.474	22.734	0,08556
Ações preferenciais	265.709.474	25.008	0,09412
	531.418.948	47.742	

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia efetuou no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$47.742 (R\$38.886 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% do lucro antes do imposto de renda. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$16.232, (R\$13.221 em 31 de dezembro de 2011) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida na Demonstração de Resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A Companhia imputou o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios líquido do Imposto de renda retido na fonte (IRRF).

**22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- Continuação****e) Reservas de lucros****Reserva legal**

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, e constituída à base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

Reserva de retenção de lucros

A administração propõe, sujeito a aprovação da Assembléia Geral, a destinação do montante de R\$127.902 para constituição da reserva de retenção de lucros. Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral Ordinária.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

23. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS**a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul**

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul, os saldos existentes são:

	2012	2011
Contas de água e esgoto - Saldo a receber	13.166	38.374
Aplicações no caixa único do Estado	458	176
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	(62.912)	(58.187)
Dividendos propostos a pagar para o Governo do Estado	-	(16.492)

Criado pelo Decreto nº 33.959 de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõe a Dívida Pública Estadual.

Em 31 de maio de 2012, a Companhia recebeu do Estado do Rio Grande do Sul o valor de R\$748, referente a rendimentos das aplicações efetuadas no caixa único do estado.

b) Fundação CORSAN – FUNCORSAN**b.1) Contratos de dívidas**

Contratos	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				2012	2011	2012	2011
Contrato 1298	INPC	6% a.a	31/03/18	2.777	2.621	9.751	11.073
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6% a.a	21/12/20	14.798	13.925	80.057	83.840
Contrato 122005	(*)		01/12/18	4.032	3.083	39.443	36.486
				21.607	19.629	129.251	131.399

(*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os contratos referem-se a parcelamentos de custo de serviço passado e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

23. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS -- Continuação**b) Fundação CORSAN – FUNCORSAN -- Continuação****b.1) Contratos de dívidas -- Continuação**

Em 31 de dezembro de 2012, o montante dos compromissos com a FUNCORSAN, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2014	21.620
2015	21.620
2016	21.620
2017	21.620
Acima de 2017	42.771
	<u>129.251</u>

b.2) Contas a pagar – Fundação CORSAN

O valor referente à compra do imóvel objeto do Instrumento Particular FC 070/2010, está registrado na rubrica fornecedores (vide nota 16), no montante de R\$9.768, o qual está sendo pago em 60 parcelas mensais, até julho de 2015, acrescidas de juros compensatórios de 7,5%, calculados pela Tabela Price, atualizados monetariamente de acordo com a variação acumulada do INPC/IBGE.

c) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS

Os valores devidos à PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2012 é de R\$3.210 (R\$3.245 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

24. RECEITA LÍQUIDA

A CORSAN opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços, apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Serviços de abastecimento de água	1.555.949	1.441.991
Serviços de esgoto	90.588	79.952
Receita de vendas	7	272
Outras receitas de serviços prestados	2.896	719
Receitas de construção	239.939	179.628
Impostos e devoluções sobre receita serviços	(157.009)	(143.652)
	1.732.370	1.558.910

25. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por natureza	2012	2011
Pessoal	643.079	546.306
Materiais	87.285	78.568
Energia elétrica	138.554	129.406
Serviços de terceiros	156.770	127.096
Gerais	112.403	77.971
Depreciações e amortizações	62.844	64.804
Provisões	52.768	34.898
Custos de construção	229.805	172.606
Outras receitas/despesas operacionais	3.930	3.380
	1.487.438	1.235.035
Classificados como:		
Custos dos serviços	1.125.410	905.212
Despesas comerciais	40.420	56.018
Despesas administrativas	317.678	270.425
Outras receitas/despesas operacionais	3.930	3.380
	1.487.438	1.235.035

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2012	2011
Receitas financeiras	62.123	74.901
Acréscimos por inadimplementos	20.958	19.824
Variações monetárias ativas	10.643	14.638
Receitas financeiras pela realização de AVP	18.166	25.297
Variações cambiais ativas	7.850	9.756
Outras receitas financeiras	4.506	5.386
Despesas financeiras	(59.504)	(69.963)
Juros e taxas sobre financiamentos	(11.226)	(15.497)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(11.456)	(15.021)
Variações monetárias passivas	(23.982)	(23.012)
Variações cambiais passivas	(12.840)	(16.433)
Resultado financeiro líquido	2.619	4.938

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como, gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

a) Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço. As aplicações mantidas pela companhia como equivalentes de caixa são de liquidez imediata e têm risco insignificante de mudança de seus valores.
- Aplicações Financeiras - referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 104% (100% a 104% em 31 de dezembro de 2011) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com liquidez diária.
- Contas a receber – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, ajustadas por perdas estimadas para credores de liquidação duvidosa.

**27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS -- Continuação****a) Instrumentos Financeiros -- Continuação**

- Contas a pagar - decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações monetárias, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos – são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço.

A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado conforme descrito na Nota 2.9.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, swaps, opções, futuros, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independente da forma como sejam contratados.

c) Gerenciamento de Riscos*Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia*

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS -- Continuação**c) Gerenciamento de Riscos -- Continuação**

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

a) Risco de crédito:

A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contra parte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total do contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

b) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	95.448	106.849	211.554	413.851
Debêntures	45	4.110	12.303	16.458
Fornecedores	95.574	5.648	-	101.222
Dívidas com Fundação Corsan	22.903	68.751	68.254	159.908
	213.970	185.358	292.111	691.439

c) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS -- Continuação

c) Gerenciamento de Riscos -- Continuação

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2012 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

Operação	Risco	2012	(perdas) / ganhos financeiros				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	(193.850)	(4.497)	(3.748)	(5.622)	(7.027)	(8.432)
Empréstimos	TJLP	(140.891)	(6.199)	(5.166)	(7.749)	(9.686)	(11.624)
Empréstimos	US Dólar	(60.775)	18.669	25.686	8.142	(5.016)	(18.174)
Debêntures	TJLP	(16.147)	(710)	(592)	(888)	(1.110)	(1.332)
		(411.663)	7.262	16.181	(6.117)	(22.840)	(39.562)
Indexador	TR / UPR		2,32	1,93	2,90 *	3,63	4,35
	TJLP		4,40	3,67	5,50 **	6,88	8,25
	US Dólar	2,09	1,45	1,21	1,81 ***	2,26	2,72

Fontes:

* Portal Brasil

** BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento

*** Focus - Relatório de Mercado

Notas Explicativas



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS -- Continuação**d) Gestão do capital social**

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos no contrato de debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimos e financiamentos	14	395.516	397.454
Debêntures	15	16.147	-
Fornecedores	16	101.163	107.467
Dívida Funcorsan	23.b	150.858	151.028
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(27.168)	(76.665)
(-) Aplicações financeiras	5	(25.085)	(16.923)
Dívida líquida		611.431	562.361
Patrimônio		1.213.772	1.079.048
Capital social e dívida líquida		1.825.203	1.641.409
Quociente de alavancagem		33,50%	34,26%

Notas Explicativas

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2012.

Arnaldo Luiz Dutra
Diretor Presidente
CPF nº 344.285.850-04

Eduardo Antônio Peters
Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores
CPF nº 406.611.130-00

André Passos Cordeiro
Diretor Administrativo
CPF nº 509.848.100-72

Ricardo Röver Machado
Diretor de Operações
CPF nº 414.061.500-10

Luiz Fernando Jochims
Diretor de Expansão
CPF nº 291.745.620-53

Júlio César Riemenschneider de Quadros
Diretor Comercial
CPF nº 423.567.500-10

Antonio Gomes
Diretor Técnico
CPF nº 266.196.100-30

Ivan Edienio de Andrade
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/RS nº 044547/O-6
CPF nº 453.273.190-91

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A receita bruta de vendas e/ou serviços da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, no ano de 2012, alcançou a cifra de R\$ 1.649.440, isto é, apresentou um incremento de 8,31% em relação ao ano anterior, que foi de R\$ 1.522.934. Esse incremento pode ser explicado pela combinação de alguns fatores, como: crescimento vegetativo das ligações de água e esgoto, aumento da tarifa a partir de julho de 2012 no percentual de 5,20% e recadastramento das categorias de consumidores.

Os gastos com os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, envolvendo os valores relativos a Pessoal/Encargos, Materiais, Serviços e Gerais, sofreram um aumento de 18,88%, ou seja, atingiram R\$ 1.140.485 no ano de 2012 frente aos R\$ 959.347 verificados no ano anterior. O grupo de Pessoal/Encargos realizou um valor 17,71% superior em relação a 2011; essa variação pode ser justificada pelo pagamento do Programa de Demissão Voluntária – PDV que ocorreu durante o exercício. No grupo de Materiais e Serviços houve uma variação positiva de 11,09% e 15,14% respectivamente. Já no grupo Gerais, a variação foi de 47,23% superior se comparado com o exercício de 2011, e essa pode ser justificada pelo pagamento em 2012 da Indenização da área do Lago Dourado no município de Santa Cruz.

O confronto entre os valores dos gastos do exercício atual e do anterior pode ser observado através do Quadro 1 – Comparativo das Despesas por Natureza 2012/2011, a seguir:

Quadro 1 - Comparativo das Despesas por Natureza 2012/2011 - (Em R\$ mil)

Natureza do Gasto	Realização - 2012			Realização - 2011			% Variação
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	
Pessoal/Encargos	418.920	224.159	643.079	370.703	175.603	546.306	17,71
Materiais	83.616	3.669	87.285	76.379	2.189	78.568	11,09
Serviços	239.171	56.153	295.324	205.382	51.120	256.502	15,14
Gerais	54.681	60.116	114.797	35.038	42.933	77.971	47,23
Subtotal	796.388	344.097	1.140.485	687.502	271.845	959.347	18,88
Depreciações e Amortizações	60.128	2.716	62.844	61.874	2.930	64.804	(3,02)
Provisões	41.483	11.285	52.768	(16.770)	51.668	34.898	51,21
Custos de Construção	227.411	-	227.411	172.606	-	172.606	31,75
Outras Despesas	-	118.604	118.604	-	114.643	114.643	3,46
Total	1.125.410	476.702	1.602.112	905.212	441.086	1.346.298	19,00

O número de economias ativas de água e esgoto realizado em 2011 e 2012 e, ainda o projetado para o período 2013-2022, segue abaixo:

	Realizado		Projetado									
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Econ Ativas Água	2.213.585	2.274.433	2.346.533	2.393.463	2.441.332	2.490.159	2.539.962	2.590.762	2.642.577	2.695.428	2.749.337	2.804.324
Econ Ativas Esgoto	252.018	260.501	296.971	332.608	365.868	398.797	434.688	473.810	516.453	562.934	613.598	668.822

Proposta de Orçamento de Capital

Proposta de Orçamento de Capital

Investimentos

O programa de investimentos da CORSAN destina-se a melhorar e expandir seus sistemas e aumentar e proteger os recursos hídricos a fim de atender à crescente demanda por serviços de água e esgoto.

O programa de investimentos da CORSAN compreende quatro metas específicas com relação aos municípios atendidos:

- a) Continuar a atender à demanda máxima por água tratada,
- b) Implantar novos sistemas de coleta e tratamento de esgotamento sanitário
- c) Expandir a quantidade de residências conectadas ao sistema de coleta de esgotos da CORSAN,
- d) Aumentar o tratamento do esgoto coletado, e
- e) Aumentar a eficiência operacional e reduzir a perda de água

Demonstra-se a seguir os valores destinados a obras em andamento e as obras previstas bem como outros investimentos, distribuídos por fonte de financiamento:

Orçamento de Capital					
Programas	2013	2014	2015	2016	Total
Abastecimento de Água	231.350	138.224	65.087	20.213	454.874
Esgotamento Sanitário	316.907	289.018	248.336	136.086	990.347
Desenvolvimento	101.644	21.066	18.561	13.163	154.434
Total	649.902	448.308	331.984	169.462	1.599.656

Equacionamento de Recursos					
	2013	2014	2015	2016	Total
Recursos de Terceiros	382.946	326.653	260.646	133.751	1.103.996
BNDES	135.967	127.548	108.212	48.363	420.090
CEF	98.037	48.011	16.284	1.683	164.016
FOCEM	1.304	1.072	0	0	2.376
OGE - Orçamento Geral do Estado	1.919	0	0	0	1.919
OGU - Orçamento Geral da União	120.686	145.932	136.149	83.704	486.471
Outros	25.034	4.091	0	0	29.125
Recursos Próprios da Companhia	266.956	121.654	71.338	35.711	495.660
Contrapartida	102.035	59.029	21.492	14.827	197.384
Recurso Próprio	164.921	62.625	49.846	20.884	298.276
Total	649.902	448.308	331.984	169.462	1.599.656

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN
Porto Alegre- RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 12 de março de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6/F/RS

Luis Carlos de Souza
Contador CRC-1SC021585/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

“Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, abaixo firmados, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinaram o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis comparativas, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2012, e Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício. Foi verificado que a proposta do dividendo total relativa ao exercício de 2012, que está sendo encaminhada pela Administração da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN à aprovação dos acionistas na Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2013, contempla o pagamento sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio. Os dividendos obrigatórios apurados (25% sobre o lucro) atingiram a cifra de R\$ 43.336 mil, sendo que a Companhia registrou, no decorrer do exercício de 2012, o valor de R\$ 47.742 mil, correspondente ao valor de juros sobre o capital próprio, já líquido de imposto de renda retido na fonte, não restando, portanto, nenhum valor a ser creditado a título de Dividendo relativo ao exercício de 2012. Com base nos exames efetuados pelos Auditores Independentes da empresa Ernst & Young Terco e à vista do Parecer, o Conselho Fiscal delibera favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembléia Geral Ordinária da CORSAN.

Porto Alegre, 13 de março de 2013.

ROQUE JOSÉ COIMBRA WERLANG
SAMIR CUBAL
JOÃO CARLOS VIEIRA GEDIEL

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2012.

Porto Alegre, 12 de março de 2013.

Arnaldo Luiz Dutra
Diretor Presidente

Eduardo Antônio Peters
Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores

André Passos Cordeiro
Diretor Administrativo

Antonio Gomes
Diretor Técnico

Luiz Fernando Jochims
Diretor de Expansão

Ricardo Röver Machado
Diretor de Operações

Júlio César Riemenschneider de Quadros
Diretor Comercial

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício de 2012.

Porto Alegre, 12 de março de 2013

Arnaldo Luiz Dutra
Diretor Presidente

Eduardo Antônio Peters
Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores

André Passos Cordeiro
Diretor Administrativo

Antonio Gomes
Diretor Técnico

Luiz Fernando Jochims
Diretor de Expansão

Ricardo Röver Machado
Diretor de Operações

Júlio César Riemenschneider de Quadros
Diretor Comercial